

**UNIVERSIDADE PAULISTA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**VADE RETRO!**

O Imaginário Religioso Evangélico contrário ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira presente no *site* Gospel Prime

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**CRISTINA VIEIRA BARBOSA**

**SÃO PAULO  
2020**

**UNIVERSIDADE PAULISTA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**VADE RETRO!**

O Imaginário Religioso Evangélico contrário ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira presente no *site* Gospel Prime

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva.

**CRISTINA VIEIRA BARBOSA**

**SÃO PAULO  
2020**

Barbosa, Cristina Vieira.

VADE RETRO! o imaginário religioso evangélico contrário ao ensino da temática cultura e história afro-brasileira presente no *site* Gospel Prime / Cristina Vieira Barbosa. - 2020.

65 f. : il. color. + CD-ROM.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2020.

Área de concentração: Contribuições da Mídia para a Interação entre Grupos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva.

1. Imaginário. 2. Intolerância religiosa. 3. Umbanda e Candomblé. 4. Cultura e História Afro-Brasileira. 5. Gospel Prime. I. Silva, Maurício Ribeiro da (orientador). II. Título.

Ficha elaborada pelo Bibliotecário Rodney Eloy CRB8-6450

**CRISTINA VIEIRA BARBOSA**

**VADE RETRO!**

O Imaginário Religioso Evangélico contrário ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira presente no *site* Gospel Prime

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva  
Universidade Paulista UNIP-SP

---

Profa. Dra. Heloisa Helena Ribeiro de Castro

---

Prof. Dr. Jorge Miklos  
Universidade Paulista UNIP-SP

*A educação não transforma o mundo. A  
educação muda pessoas. Pessoas  
transformam o mundo.*

*Paulo Freire*

## AGRADECIMENTOS

Aos sagrados orixás, por me darem forças que muitas vezes eu me esquecia de onde vinham e por não me deixar perder a sanidade (foi por pouco).

Ao meu amado esposo Luciano pela compreensão aos momentos de ausência, pelas valiosas dicas e por servir de inspiração como um modelo de excelência.

À minha mãe Luiza, pelos sacrifícios que fez para que eu pudesse ter uma boa base educacional. Pode ter certeza que até hoje colho frutos da época em que você fez de tudo para que eu pudesse estudar em uma boa escola.

Às minhas amadas irmãs Edna, Sandra e Andréa, por compreenderem os momentos em que não pude estar junto delas e de nossos sobrinhos, pelo incentivo e por me fazer sentir mais forte.

À minha querida amiga Renata, pelos momentos de consolo com palavras de apoio e incentivo diante das dificuldades e por estar sempre disponível, mesmo que distante fisicamente. Obrigada por sempre acreditar em mim mais do que eu mesma sou capaz de acreditar.

Aos colegas do grupo de pesquisa Mídia e Imaginário pela acolhida e valiosas contribuições. Vocês são contagiantes, dá gosto fazer parte dessa família.

Agradeço muitíssimo ao meu orientador, Professor Doutor Maurício Ribeiro da Silva, pela acolhida, paciência, compreensão das dificuldades da “vida de mulher e mãe” e pelas valiosas orientações sempre tão pontuais e esclarecedoras.

Aos Professores Doutores Janette Brunstein, Jorge Miklos, Malena Segura Contrera e Maurício Ribeiro da Silva pelas excelentes aulas e pela forma como fazem o conhecimento científico se tornar algo mais leve.

Aos professores doutores Heloisa Helena Ribeiro de Castro e Jorge Miklos, meus agradecimentos por participar de minha banca, além dos valiosos apontamentos feitos no Exame de Qualificação, que foram de extrema importância para a elaboração desta versão final.

À Professora Doutora Marina Ancona Lopez Soligo, primeiramente por ter acreditado em mim 20 anos atrás, quando iniciou a nossa parceria, e agora por ter viabilizado que eu cursasse esse mestrado. Sem você isso não seria possível.

Aos funcionários Bruno, Christina, James e Vera, do Programa de Pós-Graduação da UNIP agradeço pelo atendimento sempre atencioso, acolhedor e competente.

Às minhas pupilas da Assessoria à Secretaria da UNIP, pela compreensão nos momentos de angústia e pelas palavras de apoio e incentivo.

*Ao Gregório, o meu bebezinho, que me  
fez compreender o significado do amor  
que não cabe no peito.*



## RESUMO

Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.639, que instituiu a obrigatoriedade da inclusão de atividades voltadas à valorização da cultura africana e do ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira no ensino básico brasileiro, como parte de um conjunto de ações afirmativas que tinham como objetivos a promoção da integração dos negros na sociedade e a redução do preconceito e da intolerância baseadas no conceito de raça. Apesar deste esforço, passados quase vinte anos da promulgação, ainda são observadas dificuldades para o cumprimento da lei em razão de resistências originadas em setores religiosos cristãos – sobretudo evangélicos, – contrários à tratativa de temas associados à religiosidade de matriz africana, por eles compreendida como sujeitas à ação do *demônio*. Partindo deste quadro, esta dissertação tem por objetivo identificar o imaginário presente nos discursos contrários à implantação do ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira no ensino básico brasileiro, proferidas a partir do *site* Gospel Prime, cujo perfil é representativo do grupo evangélico. O *corpus* consiste em publicações realizadas entre os anos de 2003 (a partir da promulgação da lei) e 2019 que trataram deste tema, tendo como critério de inclusão o posicionamento contrário à implantação do ensino da Cultura e História Afro-Brasileira. Foram analisados os elementos textuais com o propósito de identificar os termos utilizados para justificar o caráter negativo de tal ação, os quais foram contabilizados para que fossem identificadas recorrências e, a partir delas, os termos mais significativos, verificando sua associação ao imaginário religioso cristão. Nesse sentido, foi constatado que o imaginário é um elemento fundante a ser considerado na promoção de políticas públicas voltadas à igualdade entre raças e indivíduos. Os resultados foram discutidos tomando-se como referência as Teorias do Imaginário e da Comunicação a partir das contribuições de Malena Segura Contrera e Mauricio Ribeiro da Silva.

Palavras-chave: Imaginário; Intolerância Religiosa; Umbanda e Candomblé; Cultura e História Afro-Brasileira; Gospel Prime.

## ABSTRACT

In 2003, it was enacted the law n° 10.639, which made it mandatory to include activities related to African culture appreciation and the Africa History thematic in Brazilian basic education, as part as some affirmative actions aimed at promoting the integration of blacks in society and the reduction of prejudice and intolerance based on the concept of race. Despite of this effort, almost twenty years after the promulgation, difficulties are still observed for the law enforcement due to resistance originated in Christian religious sectors - especially evangelicals -, against to the themes associated with African religiosity, which they understand as subject to the demon's action. Based on this scenario, this dissertation aims to identify the imaginary present in the discourses against the implementation of the Africa History thematic in Brazilian basic education, given through the Gospel Prime website, whose profile is representative of the evangelical group. The corpus consists of publications made between 2003 (from the enactment of the law) and 2019 that dealt with this theme, with the inclusion criterion being the position contrary to the implementation of the discipline. The textual elements were analyzed in order to identify the subjects used to justify the negative character of such action, which were counted so that recurrences were identified and from them the most significant terms, verifying their association with the Christian religious imaginary. In this sense, it was found that the imaginary is a founding element to be considered in the promotion of public policies aimed at equality between races and individuals. The results were discussed taking as reference the Theories of the Imaginary and Communication from the contributions of Malena Segura Contrera and Mauricio Ribeiro da Silva.

**Keywords:** Imaginary; Religious Intolerance; Umbanda and Candomble; Afro-Brazilian Culture and History; Gospel Prime.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil..... | 20 |
|---|----|

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Levantamento de matérias selecionadas, utilizadas e descartadas..... | 17 |
| Tabela 2 - Frequência de repetições de termos.....                              | 52 |

## LISTA DE MATÉRIAS

|   |    |                                  |    |
|---|----|----------------------------------|----|
| Matéria 1 - Os enganosos livros 'didático-religiosos' do Ministério da Educação - Uma afronta ao Estado Laico e o culto disfarçado ao anticristo..... | 28 | Matéria 2 - Terreiro gospel..... | 31 |
| Matéria 3 - Dados do IBGE revelam predominância do Evangelho entre afro-descendentes.....   | 33 |                                  |    |
| Matéria 4 - Brasileiros levam lemanjá na apresentação da prévia dos Jogos Olímpicos de 2016.....  | 34 |                                  |    |
| Matéria 5 - Jean Wyllys diz que nem a família de Jesus era tradicional.....   | 35 |                                  |    |
| Matéria 6 - Guerra Santa nas salas de aula, entre evangélicos e umbandistas.....  | 36 |                                  |    |
| Matéria 7 - Pastor retira boneca afro em creche de Vitória: 'Macumba'.....  | 37 |                                  |    |
| Matéria 8 - Intolerância religiosa é tema da redação do ENEM 2016.....  | 38 |                                  |    |
| Matéria 9 - Dicionário de travestis é abordado em prova do ENEM.....  | 39 |                                  |    |
| Matéria 10 - Bolsonaro critica 'lactação' e doutrinação nas escolas.....  | 40 |                                  |    |
| Matéria 11 - Ensino do islamismo no Brasil poderá ser obrigatório.....  | 41 |                                  |    |
| Matéria 12 - Nova base curricular do Brasil é aprovada sem ideologia de gênero.....   | 41 |                                  |    |
| Matéria 13 - Projeto quer que escolas respeitem convicções familiares sobre sexo e religião.....  | 43 |                                  |    |
| Matéria 14 - Alunos evangélicos se negam a fazer projeto sobre cultura africana.....  | 43 |                                  |    |
| Matéria 15 - Alunos devem apresentar trabalho sobre candomblé para confirmar nota, diz Seduc.....   | 45 |                                  |    |

|   |    |
|---|----|
| Matéria 16 - Ensino religioso torna-se obrigatório em escolas de BH (Gospel Prime, 20 de dezembro de 2016)..... | 46 |
| Matéria 17 - África e os movimentos de (in)consciência negra no Brasil.....                                     | 47 |
| Matéria 18 - Macumba “pega” no cristão?.....  | 48 |

## **Sumário**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>13</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 – AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM À INSERÇÃO DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA" NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO E O POSICIONAMENTO CONTRÁRIO DE GRUPOS DE EVANGÉLICOS NEOPENTECOSTAIS</b> ..... | <b>19</b> |
| 1.1 Políticas Afirmativas .....  | 20        |
| 1.1.1 Cotas.....   | 21        |
| 1.2 História e Cultura Afro-Brasileira.....  | 22        |
| 1.3 O posicionamento contrário de grupos de evangélicos neopentecostais.....   | 23        |
| <b>CAPÍTULO 2 – ARGUMENTOS DOS GRUPOS EVANGÉLICOS - ANÁLISE DAS MATÉRIAS</b> .....   | <b>28</b> |
| 2.1 Termos pesquisados.....  | 28        |
| 2.1.1 10.639 (Lei nº).....   | 28        |
| 2.1.2 Cultura Afro.....  | 31        |
| 2.1.3 ENEM.....  | 38        |
| 2.1.4 LDB .....  | 41        |
| 2.1.5 História da África.....  | 44        |
| <b>CAPÍTULO 3 – O IMAGINÁRIO ACIONADO ÀS MANIFESTAÇÕES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b> .....  | <b>51</b> |
| 3.1 Definição de Imaginário .....  | 51        |
| 3.2 Símbolos do imaginário acionados .....   | 52        |
| 3.3 Preconceito e discriminação .....  | 57        |
| <b>4- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | <b>60</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>62</b> |

## INTRODUÇÃO

O continente africano teve influência em muitas nações do mundo ocidental, especialmente no Brasil. As contribuições culturais herdadas são visíveis por toda parte (dança, música, religião, culinária, idioma), inclusive na identidade cultural da população.

Durante o século XX multiplicaram-se os estudos sobre o negro no Brasil, porém, “sem lhe acompanhar o passado africano”. Segundo Silvério (2013, p. 7), “A África parecia mais que esquecida, ignorada”. Porém, ao contrário do que permeia o imaginário popular que costuma ver a África a partir do colonialismo e com muitos estereótipos, como o negro escravo e pessoas morrendo de fome, há muitas riquezas naquele lugar.

A riqueza mineral da África é um dos principais fatores da atração que o continente exerceu sobre os povos conquistadores. Além da caça e da coleta, as riquezas vegetais eram importantes para o capital com relação ao fornecimento de utensílios, vestimentas e moradia. A África é o continente das grandes migrações humanas, o que foi importante para a difusão de ideias novas e de técnicas e instrumentos, sendo que a mobilidade do homem sempre foi um fator vital na organização das populações em entidades políticas. Além de ser rico em mamíferos, os peixes representam outra espécie significativa de recursos animais no continente desde a pré-história. Os primeiros grupos de homens foram atraídos pelos rios e lagos de água doce, sendo que o rio Nilo teve uma importância especial (SILVÉRIO, op. cit., p. 81-84).

Entretanto, apesar de todo esse contexto, a herança cultural africana nunca foi valorizada e tratada com a devida importância. Segundo Araújo,

Sem querer negligenciar o sofrimento impetrado às populações indígenas por esse processo, cabe aqui chamar a atenção para a opressão imposta às populações africanas e àquelas que delas descenderam, já que a herança cultural e os valores a ela inerentes sempre foram relegados à categoria de inferioridade no universo da educação formal no Brasil. Fica patente então, através da análise da história da evangelização e da educação jesuítica no Brasil, que a educação formal aqui implantada nunca se preocupou com a educação do negro e muito menos com os saberes e valores culturais que ele inegavelmente possuía. Aqui estariam as raízes mais profundas da prática de supervalorização da contribuição dos europeus e rejeição (através da estigmatização, estereotipação e mesmo demonização) das culturas africanas. Lamentavelmente, séculos depois, a educação formal no Brasil continua reproduzindo práticas comuns ao século XVI (ARAÚJO, 2017, p. 51-52).



Podemos dizer que a cultura afro-brasileira também não é devidamente representada nos livros didáticos. Segundo a pesquisadora Ana Célia da Silva, que investigou a representação social do negro no livro didático de Língua Portuguesa de Ensino Fundamental, era rara a presença do negro nos livros didáticos na década de 80 e “essa rara presença era marcada pela desumanização e estigma”. Já na década de 90, apesar de mudanças na representação social do negro nos textos e ilustrações,

... o negro, como minoria, é uma representação que persiste no livro didático, embora apresente uma forma diferenciada, uma vez que na maior parte das ilustrações o personagem negro apareceu só ou formando dupla com um personagem branco. Dessa forma, ele não é minoria na maior parte das ilustrações, porém é minoria na frequência total das representações dos livros analisados. Por outro lado, **as manifestações culturais negras não foram descritas e ilustradas nos livros analisados** (SILVA, A. C., 2001, p. 33-34, grifo nosso).

Diante desse cenário e da importância dessa população trazida para o Brasil, o Governo Federal propôs a inserção da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" através da Lei nº 10.639/2003 como forma de valorizar a herança africana e, de certo modo, combater o preconceito que ainda existe na sociedade brasileira com relação a essa população, que do ponto de vista numérico é majoritária, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018).

Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Entretanto, há resistência para que ela seja colocada em prática. Nesta pesquisa, vemos que o grande óbice é feito por grupos evangélicos neopentecostais, inclusive no meio político, que viram no ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira a valorização de cultos de religiões de matriz africana.

Há uma grande resistência tanto de profissionais do ensino quanto da comunidade evangélica em tratar de temas relacionados à História da África. Oliveira et al. (2013, p. 6) demonstra no artigo “O ensino de história e cultura afro-brasileira: coisa do demônio ou caminho para a construção de uma educação antirracista?” que os professores não têm formação acadêmica adequada para tratar do tema e a questão racial é abordada apenas em datas “comemorativas”, como 20 de

novembro. Por outro lado, a comunidade que foi objeto do estudo, denominada como “religiosa”, “não aceitava nenhuma menção às religiões afro vulgarmente conhecidas por macumba”.

No que tange à formação de profissionais, cabe destacar que o Projeto de Lei n.º 259, de 11 de março de 1999, e que deu origem à Lei nº 10.639/2003, teve o seu Art. 2º vetado quando foi sancionada, o que prejudicou ainda mais a formação de professores aptos a ministrarem o tema em questão: “Art. 2º Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria” (BRASIL, 1999).

Segundo Ana Célia da Silva,

O debate que ora ocorre entre estudiosos-pesquisadores/pesquisadores/militantes do Movimento Negro e alguns pesquisadores da academia é sobre a eficácia da transversalidade de temas sociais urgentes, inclusive para a segurança nacional, por professores que desconhecem, em grande parte, o conteúdo desses temas e, muitas vezes, têm acerca deles preconceitos, como sobre os temas sexualidade e pluralidade cultural. Os professores do Ensino Fundamental, em grande parte, têm sentido a falta, na sua formação, desses conhecimentos, e têm acorrido aos cursos, seminários, debates e palestras ministrados pelo Movimento Negro e setores das universidades (SILVA, A. C., op. cit., p. 103).

As religiões de matrizes africanas aparecem como entrave para o ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira também nas discussões políticas. Em pesquisa realizada nas audiências públicas divulgadas no *site* da Câmara dos Deputados, verificou-se que representantes de grupos evangélicos se posicionaram contra o ensino desta temática, o que demonstra a necessidade de estudos que identifiquem os elementos do imaginário acionados para justificar esse posicionamento e como eles são colocados em prática.

Nesse sentido, esta pesquisa mostrou-se relevante no tocante às religiões de matrizes africanas, especialmente a umbanda e o candomblé, tendo em vista que os estudos na área de Comunicação são escassos. Segundo Maurício Ribeiro da Silva (2019, p. 19), no âmbito acadêmico, estas religiões não são exploradas em profundidade, além do baixo número de produções de artigos nos últimos 50 anos e de teses e dissertações desde 1988 se comparado aos estudos referentes às religiões católica e evangélica, em todas as áreas do conhecimento. Segundo o autor, a média anual de artigos e teses por grupo religioso é de, respectivamente,

24,7 e 109,5 referentes aos católicos; 22,3 e 31,4 referentes aos candomblecistas; 12,8 e 8,6 para os espíritas; 9,6 e 16,9 referentes aos evangélicos; 10,7 e 13,6 referentes aos umbandistas; 10,9 e 8,6 referentes aos budistas.

O autor afirma que o número de pesquisas é ainda menor se considerarmos as investigações relacionadas à área de Comunicação, sendo apenas 3 dissertações de mestrado, fazendo a busca pela palavra-chave <umbanda> no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que nos leva a constatar que “há razoável desequilíbrio entre a importância da Umbanda enquanto fenômeno social e cultural e o interesse acadêmico” (SILVA, M. R., op. cit., p. 85).

O veículo de comunicação escolhido para a pesquisa foi o *site* Gospel Prime. Buscamos um veículo que fosse representativo do grupo evangélico e a escolha por este *site* foi devido à quantidade de reportagens disponíveis e com conteúdo aberto sobre o tema em questão. Buscou-se outros veículos de cunho evangélico neopentecostal, mas a escassez de reportagens a respeito do assunto inviabilizou a utilização para a pesquisa. Tanto no Jornal Folha Universal (o maior em tiragem no país)<sup>1</sup> quanto no *site* R7, por exemplo, não foi localizada nenhuma reportagem ao fazer a busca pela palavra-chave “Lei nº 10.639”. O R7 é um dos maiores portais de internet brasileiro e pertence ao Grupo Record, fundada pelo Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Assim, o fato de não ter nenhuma reportagem sobre o assunto também nos chamou a atenção, mas não aprofundaremos esta discussão.

O *site* Gospel Prime identifica-se como “um portal de conteúdo cristão focado em notícias, estudos bíblicos e colunas de opinião”, que tem como missão “Defender os princípios e valores do Reino através de notícias, estudos bíblicos e colunas de opinião, contribuindo assim para uma igreja madura e contextualizada com os tempos” e que tem como propósitos: “Informar através de notícias numa perspectiva

---

<sup>1</sup> Em 2017, a tiragem semanal do Jornal Folha Universal foi de 1.860.375 exemplares. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), que faz a auditoria das tiragens dos principais jornais em circulação no país, divulgados pelo portal Poder360, em 2017, a tiragem diária média da versão impressa do jornal Super Notícia (MG) foi de 156.572 exemplares. Em segundo lugar, foi O Globo (RJ), com 130.417 e, depois, a Folha de S.Paulo (SP) com 121.007 exemplares, seguida do jornal O Estado de S. Paulo (SP), com tiragem de 114.527 exemplares. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

cristã; Capacitar através de estudos bíblicos; Direcionar através de colunas de opinião” (GOSPEL PRIME, 2019).<sup>2</sup>

Inicialmente foi feita uma análise quantitativa a fim de verificar o número de matérias associadas ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira no período de 2003, que foi o ano de promulgação da Lei nº 10.639/2003, até o ano de 2019. Ao fazer a busca pela palavra-chave <**História da África**>, identificamos 259 matérias. No entanto, neste montante há reportagens que tratam apenas de <História> ou <África>, e não necessariamente sobre a <História da África>. Assim, devido à indisponibilidade do *site* para refinar a busca, ampliamos a pesquisa por outras palavras-chaves, a saber: <**10.639**> e <**10639**>, que é o número da Lei que institui a obrigatoriedade do ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira; <**Cultura Afro**>; <**ENEM**>, devido ao tema da pesquisa ter sido abordado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e <**LDB**>, tendo em vista que a Lei nº 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Após a seleção das matérias, foi verificada a necessidade de se fazer mais um corte a fim de selecionar apenas as reportagens nas quais fosse possível identificar posicionamento contrário referente ao ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", conforme demonstra a TABELA 1.

Tabela 1 – Levantamento de matérias selecionadas, utilizadas e descartadas

| <b>Termo para pesquisa</b> | <b>Matérias selecionadas</b> | <b>Matérias utilizadas</b> | <b>Matérias descartadas</b> |
|----------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| História da África         | 259                          | 5                          | 254                         |
| 10.639 e 10639             | 5                            | 1                          | 4                           |
| Cultura Afro               | 127                          | 6                          | 121                         |
| ENEM                       | 108                          | 3                          | 105                         |
| LDB                        | 23                           | 3                          | 20                          |
| Total                      | 522                          | 18                         | 504                         |

Fonte: Gospel Prime, 2019

A partir dessa análise quantitativa, após a identificação, seleção e registro das matérias selecionadas, tendo como critério de corte as matérias que contenham

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

posicionamento contrário ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira, analisamos os elementos textuais a fim de identificar os termos negativos utilizados, registrando-os de modo a possibilitar a verificação de frequência e repetição, e em que contexto essas palavras estão associadas buscando elementos que estejam associados ao imaginário religioso acerca da oferta desta temática.

Feito isso, buscamos problematizar os elementos identificados a partir de referências teóricas relacionadas à mídia e ao imaginário com a finalidade de reconhecer padrões e processos vinculados aos objetivos e hipóteses declarados, tomando-se como referência as Teorias do Imaginário e da Comunicação, a partir das contribuições de Malena Segura Contrera e Mauricio Ribeiro da Silva.

## **CAPÍTULO 1 – AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM À INSERÇÃO DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA" NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO E O POSICIONAMENTO CONTRÁRIO DE GRUPOS DE EVANGÉLICOS NEOPENTECOSTAIS**

O primeiro capítulo traz um breve histórico das políticas afirmativas voltadas à população afrodescendente implantadas pelo governo brasileiro a partir da Constituição de 1988. Também demonstra a situação do negro na sociedade brasileira, as circunstâncias que levaram à inserção da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino e o posicionamento contrário de grupos de evangélicos neopentecostais, inclusive, no meio político.

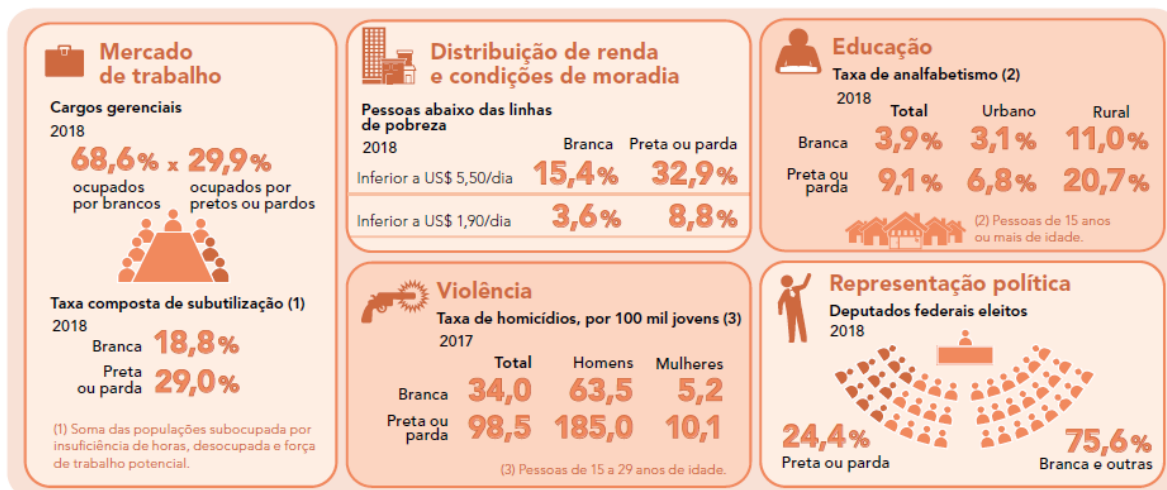
De acordo com a Constituição de 1988, a República Federativa do Brasil tem dentre os fundamentos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, Art. 1º, inciso V).

Nos últimos anos houve um aumento progressivo de ações do governo brasileiro com relação à implantação de políticas afirmativas voltadas à população afrodescendente com o objetivo de reparar os danos causados por décadas de escravidão como forma de proporcionar à população negra igualdade de oportunidades. Dentre as políticas implantadas após a promulgação da Constituição de 1988, temos: a Lei nº 7.716/1989, que inclui a definição de crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; e a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Com relação às instituições de estruturas para promoção da igualdade racial e ações afirmativas, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, com status de ministério, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - Fipir. Em 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial de acordo com a Lei n. 12.288/2010. Também já foram feitas três Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial – Conapir, nos anos de 1999, 2009 e 2013 (IBGE, 2018).

No entanto, ainda há um déficit com relação aos indivíduos de “cor ou raça preta ou parda”<sup>3</sup>, que são maioria na população brasileira (55,8%), de acordo com os dados do IBGE (2018), comparado à população branca quanto à colocação no mercado de trabalho, distribuição de renda, moradia, educação, violência e representação política, conforme demonstram os levantamentos na Figura 1.

Figura 1 - Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil



Fonte: IBGE (2018)<sup>4</sup>

## 1.1 Políticas Afirmativas

As políticas afirmativas constituem ações políticas que visam amenizar a exclusão social, cultural e econômica de indivíduos que sofrem discriminação. Isso é feito através do fornecimento de recursos ou outros benefícios com o objetivo de reparar processos históricos de discriminações (religiosas, raciais, étnicas, de gênero, entre outras). Desta forma, se estimula a inclusão na participação política dos grupos sociais considerados como minorias (mulheres, homossexuais, indígenas, negros, entre outros), para que tenham melhor acesso a direitos básicos da cidadania – educação, cultura, saúde, emprego.

Podemos citar como exemplos de ações afirmativas a contratação profissional de pessoas discriminadas no ambiente de trabalho e escolar. As ações

<sup>3</sup> A cor ou raça da população brasileira é pesquisada pelo IBGE com base na autodeclaração, sendo que são dadas as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em 21 fev. 2020.

afirmativas se desenvolvem através do estabelecimento, por exemplo, de cotas e outros modos de estímulo a indivíduos que se sentem vítimas de discriminação (bolsas, auxílios e empréstimos de recursos financeiros; redistribuição de terras e casas; proteção governamental a estilos e modos de vida ameaçados de extinção). Portanto, ações afirmativas incluem medidas que abrangem desde o estabelecimento da igualdade de direitos clássicos de cidadania até modos de valorização simbólica de culturas, raças e etnias.

### **1.1.1 Cotas**

Atendendo a reivindicações de movimentos sociais e tendo em vista a falta de representatividade de pessoas negras e indígenas nos cursos superiores e nos concursos públicos, o governo brasileiro implantou leis de cotas para o ingresso de pessoas pretas, pardas ou de origem indígena em universidades públicas federais e em concursos públicos federais.

Atualmente, temos duas leis sobre cotas que incluem a temática racial: a Lei nº 12.711/ 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; e a Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Para o ingresso em cursos superiores de graduação em universidades públicas federais pelo sistema de cotas raciais, além da origem étnico-racial, o candidato deve ter cursado todo o seu ensino médio em escolas públicas. Desta forma, as instituições de ensino superior públicas oferecem um duplo sistema de cotas: uma parcela da reserva de vagas é destinada a estudantes egressos de escola pública, independentemente da origem étnico-racial, e a outra parcela destina-se a estudantes que, além de serem egressos de escola pública, se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas.

Atualmente, nas universidades e institutos federais de ensino, 50% das vagas são destinadas a egressos de escolas públicas. Dessas vagas, 25% são reservadas a pessoas com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo, e os outros



25% destinam-se a pessoas com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo, desde que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas.

O número de vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas é calculado pelo CENSO<sup>5</sup>. Assim, as regiões com maior número de negros devem oferecer uma maior reserva de vagas para essas pessoas, estados com maior número de indígenas devem oferecer uma maior reserva de vagas para indígenas e assim sucessivamente.

No caso de concursos públicos, são reservadas 20% do total de vagas para pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas.

## **1.2 História e Cultura Afro-Brasileira**

Na década de 80, constatou-se que a discriminação racial presente no cotidiano escolar era a responsável direta pela crescente desigualdade de percurso entre os alunos negros e brancos (FILHO, 2011). Na época, devido a manifestações dos movimentos negros e de apoiadores da causa negra, iniciou-se uma série de discussões a fim de valorizar a história e a cultura afro-brasileira. Em junho de 1985, houve a determinação da inclusão da disciplina “Introdução aos Estudos Africanos” nas escolas públicas do estado da Bahia, acontecimento relevante para a população afrodescendente local e que pode ter sido o impulso para outras medidas. Na década seguinte, a temática ligada às questões raciais passou a ter mais importância dentro dos debates políticos. A mídia, a sociedade, o governo da União e as instituições passaram a discutir essas questões de modo mais apropriado e profundo.

Em 1988 surge o primeiro Projeto de Lei sobre a proposta do Ensino de História da África, apresentado pelo Deputado Paulo Paim (PT/RS), com o seguinte título: “Estabelece a inclusão de matérias da História Geral da África e História do Negro no Brasil como disciplinas integrantes do currículo escolar obrigatório” (Brasil, 1988). No entanto, tal projeto foi arquivado ao final do mandato do deputado. Em

---

<sup>5</sup> Desde 1991, a investigação referente à cor ou raça da população é feita pelo IBGE aos entrevistados dando as seguintes categorias como opções para resposta: branca, preta, amarela, parda e indígena. De acordo com o Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais produzido pelo IBGE, “A discussão a respeito da classificação étnico-racial da população brasileira tem muitas vertentes e é de difícil sistematização, pois há variadas questões imbricadas, como o método de coleta de dados e as categorias de classificação, por exemplo. Os debates incluem questões técnicas, sobre os propósitos da investigação, até a negação da sua pertinência por alguns” (IBGE, 2018).

1999, foi aprovado o Projeto de Lei nº 259, formulado pelos então deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi, estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 1999). Finalmente, em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003).

No ano seguinte, foi homologado o Parecer CNE/CP nº 003/2004 e publicada a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004).

### 1.3 O posicionamento contrário de grupos de evangélicos neopentecostais

Dentre as medidas adotadas pelo governo de modo a tentar promover a melhoria da vida da população negra, identificamos que o ensino da História da África nunca foi efetivamente implantado na sociedade e continua sendo um desafio nas escolas brasileiras. Nesta pesquisa, constatamos que o grande entrave são os discursos feitos por grupos evangélicos neopentecostais<sup>6</sup> que se colocaram contra o ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira porque aparentemente associaram o ensino desta temática a um proselitismo das religiões de matriz africana como demonstraremos no Capítulo 2.

Consideramos importante destacar que esta discussão também ocorre no meio político por membros formadores de opinião e com poder de aprovação de propostas que podem se tornar lei. Nos últimos anos, representantes de grupos evangélicos adquiriram força de decisão nas questões políticas, sendo formada a

---

<sup>6</sup> Tendo em vista a variedade de abordagens relacionadas aos grupos evangélicos, é importante esclarecer as características dos grupos evangélicos neopentecostais, que são nosso objeto de estudo. O pentecostalismo surgiu nos Estados Unidos, no início do século passado, e se disseminou para várias partes do mundo. O neopentecostalismo é oriundo de uma expansão do pentecostalismo e, segundo Campos (1997, p. 50), “atribui-se o termo ‘neopentecostalismo’ a pessoas com mentalidade pentecostal, mas que se consideram adeptas de uma ‘renovação Espiritual’ dentro dos próprios quadros denominacionais a que pertencem. De uma maneira geral, **esse ‘neopentecostalismo’ enfatiza o exorcismo, cura divina, dons espirituais, continuidade da revelação divina através de líderes carismáticos, e uma parte dele aceita a ‘teologia da prosperidade’** (grifos nossos). Atualmente, no Brasil, os grupos evangélicos neopentecostais são representados pela Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Comunidade Sara a Nossa Terra, Igreja Renascer em Cristo e Igreja Nacional Palavra da Fé, dentre outras.

Frente Parlamentar Evangélica, também conhecida como “Bancada Evangélica”. Ela é “composta de 120 parlamentares ativos, um recorde desde a sua fundação, em 2002 – e maior, muito maior, do que qualquer partido político no Congresso Nacional” (GONÇALVES, 2019, p. 38). Os parlamentares da bancada evangélica defendem mais interesses religiosos do que partidários e representam os líderes de grandes igrejas evangélicas neopentecostais: “A lealdade desses deputados não está com caciques políticos, mas com pastores e bispos. ‘É uma nova elite que está se formando, que tem capital cultural diferente do da elite que nós conhecemos’” (GONÇALVES, op. cit., p. 41).

Citamos aqui alguns exemplos de manifestações destes grupos nas audiências públicas e reuniões da Câmara dos Deputados diante das propostas do governo para a implementação de políticas afirmativas relativas ao ensino da “História da África”. As informações foram transcritas na íntegra exatamente como encontradas, incluindo possíveis erros ortográficos:

**Depoente:** Sr. Orley José da Silva (convidado), Professor do ensino fundamental da rede pública municipal de Goiânia, Estado de Goiás, mestre em Letras e Linguística e doutorando em Ciências da Religião, denomina-se **“cristão protestante (evangélico)”**:

Então, hoje, pouco se ensina na escola acerca da história dos africanos, da história do continente africano, até mesmo do negro brasileiro contemporâneo, das diferentes culturas do negro brasileiro, das diferentes vertentes religiosas do negro brasileiro. **A vertente que se dá à escola é a do ensino do candomblé e da umbanda.** A justificativa para a mudança do texto, em 2008, para abrir essa possibilidade foi esta: *Fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira.* Isso está no livro didático de 2016 e está também no livro didático da segunda fase do ensino fundamental. **Hoje, a criança brasileira começa a estudar sobre o candomblé e a umbanda aos 6 anos de idade. Aos 10 anos, conhece tudo acerca dos ritos, dos mitos, das doutrinas, das festas dessas religiões. Aos 10 anos de idade, os alunos conhecem todo esse conteúdo da religiosidade afro, especialmente do candomblé e da umbanda.** Isso vai se aprofundar na segunda fase do ensino fundamental. Agora eu quero fazer um adendo sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Ela está tramitando. Hoje se encontra no Conselho Nacional de Educação. Além de manter essa proposta de ensino, faz com que continue nas escolas, **no lugar do ensino da história multiétnica e multicultural dos africanos, do continente africano e das diversidades dos negros brasileiros, o ensino do candomblé e da umbanda.** Isso está de acordo com a nova BNCC.  
(...)

**Os exercícios também têm palavras do candomblé**, para que os alunos possam encontrar as paroxítonas, as proparoxítonas. Esta é a lenda do arco-íris, a respeito de como surgiu o arco-íris, de acordo com o candomblé. No livro, **pede-se que o aluno explique como Oxumarê fez a chuva**, como foi que ele criou a chuva e a fez parar (Câmara dos Deputados, 2017, grifos nossos).<sup>7</sup>

**Deponente:** Deputado Flavinho, filiado ao **Partido Social Cristão**:

Então eu já começo com a seguinte pergunta ao Sr. Prof. Orley José, partindo do que nós escutamos aqui muitas vezes da laicidade do Estado: **ensinar de forma aprofundada as religiões de matriz africana, como mencionado por V.Sa., o candomblé e a umbanda, não é ferir a laicidade do Estado, fazendo proselitismo a essas religiões?**

(...)

Baixaram a idade para 4 anos. Assim, em vez de 6 a 10 anos, baixou-se um pouquinho a idade para 4 anos. E a criança já estaria sendo introduzida numa religião. Seria muito mais do que aprender de forma cultural, seria uma introdução à religião. O meu questionamento é nesse sentido. E, apesar de não tê-lo como mera ação cultural, eu faço a pergunta dentro daquilo que V.Sa. nos trouxe como elemento para esse debate: seria incorreto dizer que **o catolicismo está sendo discriminado e desprezado como religião cultural** – e coloquei entre aspas exatamente por isso que eu dizia antes-, visto que aqui chegou com os portugueses antes mesmo dos africanos com as suas religiões, citadas por V.Sa? Gostaria de ouvir o posicionamento de V.Sa. com relação a essas duas ponderações (Câmara dos Deputados, 2017, grifos nossos).<sup>8</sup>

**Deponente:** Sr. Orley José da Silva (convidado), Professor do ensino fundamental da rede pública municipal de Goiânia, Estado de Goiás, mestre em Letras e Linguística e doutorando em Ciências da Religião, denomina-se **“cristão protestante (evangélico)”**:

Então há uma intolerância com relação ao cristianismo na escola hoje, nós já podemos dizer isso, e há uma abertura para as outras religiões. É muito fácil identificar o cristianismo como religião, mas **as outras religiões não estão chegando à escola como religião, mas como cultura. As religiões de matriz africana, por exemplo, o candomblé e a umbanda, estão chegando à escola como elementos culturais trazidos da África e pertencentes à comunidade de negros do Brasil.**

(...)

Depois dessa Base Comum Curricular, daqui a 3 a 5 anos, quando ela estiver em vigor, **vai se proliferar pelo Brasil**, pelas Secretarias de Educação, pelas universidades cursos culturais, entre aspas, mas com outro nome - **candomblé, umbanda**, budismo, xintoísmo, hinduísmo, vertentes da

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>. Acesso em: 12 jan. 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Nova Era. Isso vai virar uma celeuma nas escolas daqui a 3 a 5 anos (Câmara dos Deputados, 2017, grifos nossos).<sup>9</sup>

**Depoente** - Deputado Takayama, Pastor e político brasileiro, filiado ao **Partido Social Cristão**:

O que nós estamos entendendo é que o Brasil é um país em que a maioria é cristã. Nós devemos respeitar essa cultura, como se respeita, no mundo islã e no meio dos árabes, a maioria é muçulmana.

Agora, aqui no Brasil, querer introduzir um a cultura que já foi até rejeitada - **porque o candomblé lá é considerado crime. Agora, aqui no Brasil, se diz que é cultura. O.k. Vamos respeitar também. Mas querer inserir isso na nossa cultura?** (Câmara dos Deputados, 2017, grifos nossos).<sup>10</sup>

**Depoente** - Deputado Lincoln Portela, pastor, apresentador de televisão, radialista e político brasileiro, filiado ao Partido da República (PR), é **presidente da igreja Batista Solidária**:

Mas, pelo amor de Deus, estão descristianizando o Brasil, o mesmo que fizeram com a Venezuela. A Venezuela, hoje, é um país envolvido pela bruxaria! É por isso que a Venezuela está no caos em que se encontra. Um dos motivos é o fato de que ela se tornou um país envolvido pela bruxaria. Essa é a verdade. E quem está lá falando de Cristianismo sabe o tipo de perseguição que sofre na Venezuela pelos bruxos do lugar. **E não vão trazer essa bruxaria maligna para as nossas escolas**, não, porque nós estamos aqui para resistir (Câmara dos Deputados, 2017, grifos nossos).<sup>11</sup>

Como forma de controlar e censurar o que será ensinado aos alunos, esses grupos evangélicos têm a pretensão de participar até da seleção de livros didáticos, como demonstramos no exemplo seguinte:

**Depoente:** Sr. Orley José da Silva (convidado), Professor do ensino fundamental da rede pública municipal de Goiânia, Estado de Goiás, mestre em Letras e Linguística e doutorando em Ciências da Religião, denomina-se **“cristão protestante (evangélico)”**:

Hoje o processo de seleção do livro didático fica na mão dos especialistas - entre aspas - em educação, das universidades e das Secretarias de Educação. Seria interessante que se inserisse nesse processo alguma parte

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>. Acesso em: 12 jan. 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>. Acesso em: 12 jan. 2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>. Acesso em: 12 jan. 2020.

da comunidade, da sociedade civil organizada, das famílias, **das igrejas**, quem sabe, ou dos partidos políticos (Câmara dos Deputados, 2017, grifos nossos).<sup>12</sup>

Enquanto isso, a implantação efetiva da Lei n 10.639/2003 não é feita, trazendo grandes consequências na formação dos estudantes e não cumprindo o seu objetivo de combate ao preconceito.

Os exemplos citados demonstram a pressão que os grupos evangélicos exercem nas discussões políticas no que diz respeito ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira, o que nos leva a crer que o entrave para o ensino não é a “história do continente africano” (costumes, população, política, etc.), e sim as religiões de matrizes africanas.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>. Acesso em: 12 jan. 2020.

## CAPÍTULO 2 – ARGUMENTOS DOS GRUPOS EVANGÉLICOS - ANÁLISE DAS MATÉRIAS

Neste capítulo é feita a apresentação e análise dos elementos textuais das matérias selecionadas do *site* Gospel Prime que contenham posicionamento contrário ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira, com o objetivo de identificar os termos negativos utilizados e a frequência em que ocorrem, a fim de buscar elementos associados ao imaginário religioso.

Foram selecionadas publicações realizadas entre os anos de 2003 (a partir da promulgação da lei) e 2019, que apresentam posicionamento contrário ao ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira. O *site* Gospel Prime possui perfil representativo do grupo evangélico.

A pesquisa foi feita pela busca de palavras-chave que estivessem associadas ao tema: **10.639** e **<10639>**, que é o número da Lei que institui a obrigatoriedade do ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira; **<Cultura Afro>**; **<ENEM>**, devido ao tema da pesquisa ter sido abordado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e **<LDB>**, pois a oferta desta temática foi instituída pela Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

As informações foram transcritas na íntegra exatamente como encontradas, incluindo possíveis erros ortográficos.

### 2.1 Termos pesquisados

#### 2.1.1 10.639 (Lei nº)

- **Matéria 1: Os enganosos livros 'didático-religiosos' do Ministério da Educação - Uma afronta ao Estado Laico e o culto disfarçado ao anticristo (Gospel Prime, 07 de abril de 2017)**

Os livros distribuídos pelo Ministério da Educação nas escolas públicas fazem uma verdadeira **apologia de religiões afro-brasileiras** e afins. Não fosse apenas isso, ensinam até mesmo seus rituais e doutrinas. Por outro lado, há menção à passagens sobre criacionismo, fazendo uma certa analogia ao que existe, para o cristianismo, a respeito do jardim do Éden e a

tudo que possa ser visto como origem de tudo e de todos. Enquanto isso, o cristianismo não é ensinado. Esse conteúdo hoje faz parte da Lei n. 9.394, de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Não é de intolerância religiosa que estamos falando. É da necessidade de não ser doutrinado religiosamente e da livre manifestação de crença religiosa como um direito constitucionalmente garantido a todos (art. 5º, incisos, IV e VI, da Constituição Federal). Muito embora a alegação dos professores e dos projetistas dessa doutrinação seja a de que não há intenção de ensinar, doutrinar ou professar alguma religião específica, sabemos que existe, sim, essa característica nas escolas brasileiras, principalmente públicas. Há uma comparação a ser feita com a ideologia de gênero, tão amplamente difundida nos meios escolares mais originários.

Depois de uma aula dessas, religiosamente, o aluno sai com a cabeça virada. Antes acreditava no pecado original, na queda, na origem de tudo e no legado cristão e seus reflexos mais conhecidos (amor ao próximo, bondade e fé), mesmo que isso não tenha sido ensinado em sala de aula (por conta da cultura brasileira e ocidental). O embaralho doutrinário é tão grande que a criança deve sair da escolinha confundindo Deus com o **diabo**, o bem com o **mal**.

Assim como o Ministério da Educação diz estar exercendo a livre manifestação de crença religiosa com seus livros supostamente didáticos, ou tenta deixar claro que o preconceito religioso deixará de existir se aceitarmos calados todos os tipos de credos, ensinando para criancinhas pequenas que Deus e **diabo** é uma coisa só ou que não existe diferença entre um e outro, posso falar ou escrever que Deus é Deus e **diabo** é **diabo** e, desta forma, estou exercendo meu direito constitucional de livre manifestação de crença religiosa. Posso dizer o contrário do que afirma o Ministério da Educação. Ou seja, Deus é do bem e **diabo** é do **mal**. Ensinar que o **diabo** é uma crença religiosa aceitável é uma manifestação religiosa que pode ser atacada por crença contrária. Nunca e ninguém pode dizer que eu ou você estamos sendo preconceituosos.

Por isso, apesar de a Lei n. 9.394, de 1996 mencionar expressamente que está ensinando aspectos culturais do Brasil, o que há por detrás disso vai além da mera informação para puro conhecimento acadêmico ou escolar. Para nós, cristãos, o que existe aí é pura doutrinação ideológica e religiosa, capaz de convencer criancinhas até mesmo mais do que se a elas fosse dado um pirulito. Os pais cristão têm que se prevenir contra esse tipo de procedimento escolar.

Enquanto isso, então, façamos nossa parte, com a distinção entre Deus e o **diabo**, que o MEC insiste em querer dizer, ainda que implicitamente ou por via indireta, que são mesmas figuras mitológicas ou culturais, para caber bem na cabecinha dos infantes e até mesmo de adultos incautos. Mas eles não são a mesma coisa.

O livro *Orixás, caboclos & guias: deuses ou demônios*, escrito pelo Bispo Edir Macedo e publicado pela editora Unipro, na minha edição de 2006, explica muito bem a diferença entre o verdadeiro Deus e esses **falsos deuses** que o Ministério da Educação louva e cultua por meio de seus livros didáticos. Assim como o MEC distribui esses tais livros sobre **espiritismo** e **crenças análogas**, espero com sinceridade que o referido órgão do governo também distribua o livro do Bispo Edir Macedo, que tem conteúdo mais rico e esclarecedor do que aqueles primeiros. Ou, ao menos, ensina o outro lado, a diferença e a existência entre o bem e o **mal**, paradoxo esse que é omitido nos livros do MEC. Os alunos e as criancinhas vão muito mais conhecer das religiões e estar prontas para enfrentar qualquer tipo de enganação governamental, como essa nas escolas.

O MEC doutrina, principalmente, sobre **religiões satânicas**, como **umbanda**, **candomblé**, enfim, qualquer tipo de **espiritismo**. Para os cristãos, esses tipos de manifestações, muito embora sejam manifestações de fé, elas são **satânicas**, do **mal**. Assim, como Jesus e Deus são da religião cristã, o **diabo** é uma força contrária ao cristianismo, pois, segundo



as escrituras sagradas, ele foi um anjo invejoso que caiu do céu e veio parar aqui na terra. Mesmo que nos ensinamentos doutrinários dessas religiões se fale o contrário disso, a verdade é que o **Kardecismo, a umbanda (orixás, caboclos, pretos-velhos), o candomblé (Oxum, Iemanjá, Ogum), quimbanda (exus), misticismo, ocultismo**, etc. e etc. nada mais são do que um exercício de fé em algo **maligno, do mal**.

Assim, Deus é Deus e **diabo é diabo**. Deus é do bem e **diabo é do mal**. Por outro lado, essa versão de que o **diabo** foi um anjo que caiu do céu e está, em forma de espírito, entre nós, não se trata de uma falácia, um mito, uma crença popular qualquer. Basta olharmos ao nosso redor e vemos o quanto de estrago ele tem provocado.

Por outro lado, céu é céu e **inferno é inferno**. Deus leva ao céu, **diabo** ao **inferno**. Os caminhos de Jesus levam à salvação e ao céu, os caminhos do **diabo** ao **inferno**.

O **diabo** é o pai da mentira e ele veio para enganar todos quantos acreditem ou não nele. Basta idolatrar, cultuar, deixar o cristianismo de lado e partir para um outro lado de pecado que abre-se uma fenda enorme para o agir do **mal**. Só com arrependimento em Jesus é que se vai conseguir voltar para o caminho de salvação novamente. **Satanás**, como se disse, é um anjo caído. Foi chamado de 'Querubim da guarda', 'Filho da manhã' ou 'Estrela da manhã'. Lúcifer quer dizer 'cheio de luz' (*Orixás, caboclos e guias...*). Lúcifer foi lançado por terra e trouxe consigo uma grande parte de anjos (2 Pedro 2.4).

A estratégia governamental é deixar todas essas revelações meio que obscurecidas, distribuindo seus livros didáticos com uma suposta intenção de isonomia ou igualdade entre as religiões. A bem de uma verdade é que essa pretendida união de crenças, num comunismo religioso idealizado como salvador, leva a um mesmo e único lugar, que é bem diverso do cristianismo.

Mais uma tentativa do Estado de tomar nossas crianças e nossos filhos. Além da clara e inquestionável doutrinação político-marxista por meio da ideologia de gênero nas escolas infantis, com distribuição de livros 'didáticos' e suas figurinhas de sexo, o Estado se utiliza desse tipo de religião misturada com política e cultura para educar e preparar as gerações futuras. O Estado, nesse caso por meio do MEC, disfarça esse tipo de satanismo dizendo que tudo não passa de cultura. Essa mistura veio do *sincretismo religioso*, que acabou fundindo cristianismo com outros tipos de crenças não cristãs.

Então, todo cuidado é pouco! Rejeite! 'Os **demônios** atacam a mente das pessoas de duas maneiras: 1. No intelecto... Apelam para a razão e procuram incutir uma explicação científica, filosófica ou material, porém nunca espiritual' (*Orixás, caboclos e guias...*) (grifos nossos).<sup>13</sup>

A reportagem faz menção aos livros distribuídos pelo Ministério da Educação nas escolas públicas, mas não menciona o título. Em 2009, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), distribuiu nas escolas o livro "Lendas de Exu" (BRASIL, 2009). Provavelmente o autor esteja se referindo a esta obra.

Apesar de não citar claramente o ensino da História da África, o fato de mencionar que as escolas fazem "apologia de religiões afro-brasileiras e afins" e que

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/os-enganosos-livros-didatico-religiosos-do-ministerio-da-educacao/>. Acesso em: 23 maio 2019.

esse conteúdo faz parte da Lei n. 9.394/1996, a qual menciona “expressamente que está ensinando aspectos culturais do Brasil”, entendemos que a manifestação se trata da Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Nesta reportagem, a questão religiosa é recorrente, dando-se ênfase às religiões tidas como de matriz africana, induzindo que o ensino da Cultura Afro-Brasileira está associado a um proselitismo destas religiões, que são consideradas demoníacas. O “Kardecismo”, o “Misticismo”, o “Espiritismo e crenças análogas” também são citados e classificados da mesma forma, apesar de não serem religiões de matriz africana.

Os termos relacionados ao demônio são os mais recorrentes, sendo repetidos no total de 25 vezes, e também há a reincidência de palavras relacionadas ao mal, sempre associadas às religiões de matrizes africanas ou espíritas.

### 2.1.2 Cultura Afro

- **Matéria 2: Terreiro gospel (Gospel Prime, 27 de setembro de 2012)**

Seguindo a nova tendência dos cristãos carnais, surge mais uma modalidade de entretenimento para as igrejas descomprometidas com a Palavra, a ‘Capoeira Gospel’, transformando a Igreja em um **‘Terreiro Gospel’**. Das duas uma: Ou os líderes que estão à frente destas igrejas não conhecem nada de Bíblia ou conhecendo-a não querem mais ensinar a Verdade Libertadora do Evangelho, preferindo mais entreter bodes do que alimentar as ovelhas.

Com todo o respeito aos praticantes desta luta marcial originalmente brasileira, mas existem atividades que não convêm mais àqueles que foram alcançados pelo Evangelho Libertador de Cristo Jesus.

O início da capoeira se dá no século XVI, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal.

Assim que desembarcaram no Brasil, os negros africanos logo sentiram uma grande necessidade de criar mecanismos de defesa contra a hostilidade impetrada pelos colonizadores brasileiros. Não era raro serem fustigados violentamente pelos chamados senhores do engenho. Quando conseguiam ludibriar a guarda e fugiam eram perseguidos pelos capitães-do-mato, que eram conhecidos por suas formas violentas de captura.

Os negros, então escravizados, eram cerceados em todos os seus direitos e impedidos de praticar qualquer tipo de luta. Foi quando nasceu a capoeira. Mas a capoeira é muito mais do que uma simples luta.

**‘ (...) Expressão cultural ligada à cultura afro-brasileira a Capoeira possui uma relação muito íntima e intensa com o Candomblé, pois sua visão de mundo se expressa através dos Orixás cultuados nos rituais de Candomblé. Em algumas regiões do Brasil, muitos capoeiristas famosos ocupam lugares de destaque nestes rituais como ‘\_lhos’ de**

entidades ou como ‘incorporadores’ das mesmas. A semelhança que há entre a Capoeira e o Candomblé é algo impressionante e que pode ser claramente observado, pois ambos contemplam um ritual de consagração a liberdade, camaradagem e alegria e suas raízes expressam religiosidade, sensualidade, dança e cultura, elementos típicos da cultura afro-brasileira que muito enriquece a cultura do nosso país. Presente nos terreiros de Candomblé de todo o país, a Capoeira tornou-se para muitos deles uma ferramenta de resgate da cultura africana. (...)’

Se estas informações não bastam para despertar um filho de Deus quanto a esta atividade espiritualmente perniciosa, talvez o *site* oficial da Capoeira ([www.capoeiradobrasil.com.br](http://www.capoeiradobrasil.com.br)) possa atender sua necessidade de saber mais:

**‘Mestre Decânio, o mais idoso ‘Filho de Bimba’ ainda vivo, decano da Capoeira Regional, médico e filósofo, pesquisador da capoeira, contribuiu recentemente com interessantes observações sobre a questão da origem da capoeira. Estudando os ritmos do candomblé, percebeu que o ritmo básico de Logunedê corresponde às batidas do pandeiro na capoeira. Podemos concluir: ‘O candomblé é a fonte mística... donde brota a magia da capoeira!’ Há grande similitudes entre os movimentos da capoeira e os movimentos das danças rituais do candomblé, e musicalidade do toque. A capoeira é o processo complexo constituído pela fusão ou caldeamento de fatores de várias origens... dos africanos herdamos os movimentos rituais fundamentais do candomblé...’**

Sendo assim, preocupa-nos saber que esta atividade está adentrando nossas igrejas travestida de apenas mais uma atividade física com vistas a trazer o equilíbrio do ser e blá, blá, blá.....

O certo é que se a origem da atividade está fundamentada no Candomblé, incorporação de entidades, orixás, com todo o respeito, conhecedores da Palavra que somos, não deveríamos nem sequer ‘Considerar’ praticá-la, como nos alerta o Apóstolo Paulo em Cl 2.8

**‘ (...)Tendo cuidado para que ninguém vos faça presa sua, por meio de \_loso\_as e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo; (...)’**

E mais:

**2 Co 6:14 ‘Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto que sociedade pode haver entre a justiça e a iniquidade? Ou que comunhão, da luz com as trevas?’**

**Ef 5:8,11 ‘Pois, outrora, éreis trevas, porém, agora, sois luz no Senhor; andai como \_lhos da luz... E não sejais cúmplices nas obras infrutíferas das trevas; antes, porém, reprovai-as.’**

**1 Pe 2:9 ‘Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a \_m de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz.’**

A verdade é que o que dói aos crentes carnaís é a renúncia a tudo o que está estabelecido neste mundo, pois não querem de forma alguma abandonar as coisas ‘velhas’. Não se pode servir a Deus e ao mundo. Para o Evangelho de Jesus, que nos ensina a dar o outro lado da face àquele que nos ferir, não há lugar para **‘Rabo de Arraia’**

**Que o Senhor nos guarde deste mal (grifos do autor).<sup>14</sup>**

Apesar de a reportagem não ter se dado em ambiente escolar, consideramos importante selecioná-la pelo fato do ensino da capoeira constar da Base Nacional

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/>. Acesso em: 23 maio 2019.

Comum Curricular na disciplina Educação Física do Ensino Fundamental (BNCC, 2017, p. 218), e por se tratar de uma prática que no Brasil teve início com os negros escravos (SILVA, P. C. C., 2011, p. 89), ou seja, faz parte da história da cultura afro-brasileira.

No título da reportagem, pela palavra “Terreiro” já identificamos a associação da capoeira às religiões de matriz africana. No texto, a capoeira é associada ao candomblé, como se quem pratica capoeira esteja automaticamente professando o candomblé. A capoeira é tida como uma “atividade espiritualmente perniciosa” e as Igrejas que aceitam essa prática são tidas como “descomprometidas com a Palavra”.

O autor deixa claro que quem pratica a capoeira está praticando o candomblé. Assim, o posicionamento não é contra a prática da capoeira, e sim o fato dela estar associada a uma religião de matriz africana.

- **Matéria 3: Dados do IBGE revelam predominância do Evangelho entre afrodescendentes (Gospel Prime, 19 de novembro de 2010)**

A semana da consciência negra marca um momento de profunda reflexão para a religião que agrega o maior número de negros do Brasil: as Igrejas Evangélicas Pentecostais.

Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 11.951.347 negros evangélicos. Desses, 8.676.997 (72,6%) são pentecostais, enquanto a população negra de umbandistas e candomblecistas não alcança 253 mil pessoas.

Não se pode afirmar que outras igrejas cristãs, além das pentecostais, não têm negros em suas comunidades de fé. A Igreja Católica Romana, é claro, tem o maior número de negros no país, com mais de 55 milhões de afrodescendentes. Entretanto, a maioria dos que professam o catolicismo não frequenta ativamente a igreja, ao contrário do que acontece com os pertencentes às igrejas evangélicas, que participam de forma efetiva de suas comunidades locais.

Para Marco Davi de Oliveira, autor do livro “A Religião Mais Negra do Brasil”, cristãos negros precisam corrigir concepções preconceituosas sobre as próprias origens. **“Creio que muitos evangélicos precisam também aprender a não demonizar a cultura e o jeito de ser negro. Sim, porque a cultura nem sempre é diabólica como acreditam alguns”**, explica o pesquisador (grifos nossos).

O acompanhamento de dados estatísticos da década de 70 até agora, mostra a grande adesão das comunidades negras ao pentecostalismo. Diferente do primeiro contato com o cristianismo (católico), durante o Brasil colônia e Império, quando os africanos eram forçados à “conversão” e ao batismo; os negros brasileiros experimentam hoje uma perspectiva diferente. Milhares tiveram a oportunidade de conhecer e aceitar Jesus de livre e espontânea vontade e de contribuir para o crescimento do segmento evangélico que mais cresce em nosso país: o pentecostalismo.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/>. Acesso em: 23 maio 2019.

Percebemos nesta reportagem uma falsa valorização da cultura afrodescendente na medida em que a reportagem inicia-se mencionando a “semana da consciência negra”, para demonstrar o crescimento do número de negros que se converteu à religião evangélica. O que nos chamou a atenção é que ao mesmo tempo em que se tenta timidamente valorizar “o jeito de ser negro”, dizem que a cultura nem sempre é diabólica”, o que nos leva a entender que entre os negros algumas culturas são diabólicas e outras não. Tendo em vista o tema da reportagem, será que a intenção é demonstrar que tudo bem conhecer a cultura dos negros, desde que não se entre na parte “diabólica” da questão (a religião), já que temos até afrodescendentes evangélicos, então nem todos fazem parte desta cultura “diabólica”?

- **Matéria 4: Brasileiros levam Iemanjá na apresentação da prévia dos Jogos Olímpicos de 2016 (Gospel Prime, 14 de agosto de 2012)**

A apresentação verde e amarela primou por mostrar os ritmos brasileiros – samba, maracatu e funk –, mas não deixou de incluir o que deveria ser uma representação da religiosidade do brasileiro. Uma representação da entidade da umbanda Iemanjá, foi incluída e a cantora Marisa Monte apareceu vestida de Rainha do Mar.

A aparição da entidade religiosa foi considerada por muitos não representativa da verdadeira face religiosa brasileira. Apesar do sincretismo religioso, o último censo do IBGE apontou que 64,6% dos brasileiros ainda são católicos e 22,2% evangélicos, com uma parcela bem menor de adeptos das religiões afro-brasileira, nela incluídos a umbanda e o candomblé.

O blogueiro Paulo Teixeira comentou o episódio, dizendo que ‘mais uma vez os cristãos do Brasil foram jogados de lado. Quem disse que a entidade espiritual Iemanjá representa a cultura brasileira? De onde os organizadores tiraram isto?’, questionou.

Ele acrescentou ainda: ‘como cristão e brasileiro não sou obrigado a reconhecer os orixás como integrantes da cultura do Brasil’<sup>16</sup>.

Nesta matéria, “Iemanjá” e os orixás não são reconhecidos como “integrantes da cultura do Brasil”. Entretanto, sabemos da importância que Iemanjá tem para a cultura popular brasileira, até mesmo para aqueles que não são adeptos das religiões denominadas de matriz africana. Embora muitos não tenham consciência de se tratar de uma prática religiosa, é comum milhares de pessoas participarem de um ritual que acontece há anos nas praias brasileiras na virada de um ano para

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://overbo.news/iemanja-marisa-monte-rio-2016-olimpiadas-londres-2012/>. Acesso em: 23 maio 2019.

outro, uma das principais datas comemorativas, para pedir a benção à Iemanjá e levar oferendas, como flores brancas.

Segundo Maurício Ribeiro da Silva (op. cit., p. 2), “Estrangeiros que visitam o país atraídos pelo espetáculo dos fogos de artifício e pela confraternização na areia são levados a realizar as mesmas práticas, como que participando de uma divertida tradição local”. Ou seja, não há como se negar a importância e a representatividade que Iemanjá tem para a cultura brasileira. Entendemos que a negação por parte dos grupos evangélicos se dá pelo fato de se tratar de um orixá das religiões de matriz africana.

- **Matéria 5: Jean Wyllys diz que nem a família de Jesus era tradicional (Gospel Prime, 29 de julho de 2016)**

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) continua se atritando com os cristãos por causa de agressões gratuitas. Contrariando seu discurso vitimista característico, ele partiu para o ataque, condenando o Estatuto da Família – proposto pela Bancada Evangélica – com uma declaração no mínimo bizarra.

(...)

Embora afirme não ter nada contra a representação de evangélicos no Congresso, em Recife Jean Wyllys fez a ressalva que os deputados da bancada não deveriam legislar a partir de seus ‘dogmas’. Algo que ele parece não fazer, tendo dificuldade em discernir o que é Estado Laico quando defende a taxaço de igrejas.

Curiosamente, sua trajetória parlamentar é marcada por tentativas de incluir o estudo de religiões ‘**não cristãs**’ nos currículos escolares. Em 2011, emitiu um voto em separado na Comissão De Educação e Cultura, onde sugeria que a matéria ‘Ensino Religioso’ passasse a se chamar ‘Direitos Humanos e Diversidade Religiosa’ e deveria incluir uma abordagem das **religiões minoritárias, de matriz africana – Candomblé, Umbanda, Xangô, Tambor-de-Mina, Batuque, Jurema**.

No mesmo ano, apresentou o projeto de Lei 1780/11, que propunha incluir no currículo oficial da rede de ensino ‘a obrigatoriedade da temática ‘cultura árabe e tradição islâmica’. Posteriormente, retirou a proposta.

Já em 2013, Wyllys participou de um programa na TV Brasil onde afirmou literalmente que ‘os **orixás** me colocaram neste mandato’.

Mais recentemente, afirmou em entrevista que usa, há muitos anos no pulso direito uma pulseira de contas com muitas voltas: ‘É uma **guia de proteção, dos meus orixás, Oxum e Oxóssi**’ (grifos nossos).<sup>17</sup>

A reportagem cita que o então deputado federal Jean Wyllys propõe que as religiões de matriz africana sejam abordadas na matéria Ensino Religioso. Tais religiões são denominadas de “não cristãs” pelo autor do texto. Ao denominar as religiões desta forma, entende-se que há a intenção de negá-las como religião, como

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/>. Acesso em: 15 set. 2019.

se não fossem “de Deus”. É recorrente este posicionamento dos grupos evangélicos, ou seja, o que não é de “Deus” ou o que não é Cristão não serve como religião.

Neste caso, não há um posicionamento explícito contra o ensino destas religiões, mas a todo momento se tenta difamar o autor da proposta, inclusive, pelo fato de ser um seguidor confesso das referidas religiões.

- **Matéria 6: Guerra Santa nas salas de aula, entre evangélicos e umbandistas (Gospel Prime, 28 de outubro de 2009)**

A ‘guerra santa’ entre evangélicos e umbandistas causada pela leitura em sala de aula do livro ‘**Lendas de Exu**’, de Adilson Martins, está longe do fim.

Medida cautelar na 2ª Vara de Fazenda Pública exige perícia no currículo das escolas públicas e privadas do Estado do Rio para saber como a disciplina ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, obrigatória nas redes de ensino desde 2003, está sendo aplicada. Adilson Martins já escreveu quatro livros inspirados na cultura afro.

Quatro ONGs do movimento negro impetraram a ação, há um ano e quatro meses, por desconfiar que os colégios desrespeitam a **Lei 10.690/03**, que incluiu a matéria no currículo escolar oficial. O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa estimam que menos de 50% das escolas no Estado do Rio seguem a determinação.

A discussão sobre a inclusão da disciplina voltou depois que a professora Maria Cristina Marques usou o livro ‘**Lendas de Exu**’ com alunos do 7º ano da Escola Municipal Pedro Adami, em Macaé. **A leitura provocou desentendimento com os diretores da escola** Mery Lize da Silva Oliveira e Sebastião Carlos Menezes. **Segundo a professora, ela foi impedida de dar aula.**

Os vereadores Luís Sérgio (PMDB) e Ronaldo Gomes (PT do B) repudiaram, ontem, a atitude dos diretores no plenário da Câmara de Macaé. Hoje, eles se encontram com a secretária municipal de Educação, Marilene Garcia.

‘Quando a cultura afro-brasileira invadir as escolas, nós teremos a redescoberta da República Brasileira, encontrando personagens que sequer foram citados em livros e não tiveram suas histórias contadas’, analisou Humberto Adami, ouvidor do Ministério da Igualdade Racial e ex-presidente da ONG Instituto Iara, uma das que impetraram a ação.

‘Intolerância religiosa é inaceitável! Não vamos manter esta postura em nossas escolas’, comentou a secretária municipal de Educação do Rio, Cláudia Costin. Sua pasta informou que as 1.063 escolas da rede carioca são orientadas a abordar **História e Cultura Afro-Brasileira** nas aulas de História, Língua Portuguesa e Artes.

Autor do livro recomendado pelo MEC ‘Lendas de Exu’, o escritor Adilson Martins, 70 anos, lamentou que a publicação esteja envolvida em questão religiosa. ‘Qualquer tipo de intolerância é desagradável. É apenas um trabalho infante-juvenil que busca propagar a cultura afro-brasileira e romper a imagem de **demônio de Exu**’, explicou. Adilson tem mais dois livros com o aval do MEC: ‘O papagaio que não gostava de mentiras’ e ‘Erinlé, o caçador’, publicações voltadas para o público infantil<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br>. Acesso em: 23 maio 2019.

Trata-se de mais uma reportagem cujo tema central é o livro “Lendas de Exu”, que foi distribuído pelo MEC nas escolas públicas. A contrário da Matéria 1 (“Os enganosos livros ‘didático-religiosos’ do Ministério da Educação - Uma afronta ao Estado Laico e o culto disfarçado ao anticristo”), na qual a “intenção” está implícita, nesta reportagem fica clara a negação de se abordar a cultura africana a partir da religião. Neste caso, o impedimento partiu dos diretores da escola, contrariando a **Lei 10.690/03**, que incluiu a matéria no currículo escolar oficial.

- **Matéria 7: Pastor retira boneca afro em creche de Vitória: ‘Macumba’ (Gospel Prime, 14 de agosto de 2017)**

O pastor João Brito, responsável pela Igreja Evangélica Batista de Vitória, na capital capixaba, se envolveu numa polêmica. O líder pediu para que um painel de bonecas negras feito por crianças fosse removido de uma creche. A creche em questão funciona num prédio que pertence à igreja, mas é alugado pela Prefeitura Municipal de Vitória. A decisão do líder se baseia na ideia de que a boneca é ‘**símbolo de macumba por se originar de uma religião africana**’.

O local o qual a arte foi produzida foi o Centro Municipal de Ensino Infantil (Cmei) Professora Cida Barreto. O painel, segundo informações divulgadas pelo G1, retrata bonecas **Abayomi**, de origem africana, foi produzido com base em aulas sobre **cultura africana** e faz parte do programa institucional Diversidade.

Abayomi era um tipo de boneca produzida pelas mães africanas para seus filhos. O material era feito de suas saias e tinham, como objetivo, acalmar os filhos durante as viagens de barco em que pessoas escravizadas eram comercializadas entre o continente africano e o Brasil.

Pelo compartilhamento de espaço do Cmei e a igreja, o pastor João Brito decidiu intervir na obra escolar. ‘Aquilo era um quadro com entidade de **macumba**. Se colocar qualquer símbolo religioso que confronte a Bíblia eu tiro, eu tirarei e, se repetir, eu tiro de novo’, disse ele.

‘Quando foi feito o convênio com a prefeitura, ficou acordado que não iríamos intervir em nada. A escola é laica. Em contrapartida, a escola também não deveria fazer nada que contrariasse os princípios evangélicos. Pra quê essa boneca? Tanta coisa para ensinar. Por que ensinar isso?’, questionou o líder religioso.

A representante da secretaria de educação de Vitória, Adriana Sperandio afirmou que será feita uma reunião com o pastor João Brito na próxima semana para tratar do caso em questão.

‘A gente entende que, promovendo o diálogo, há perspectiva de avançarmos nesse sentido. Sempre reconhecendo que a escola tem um projeto pedagógico cuja ação é voltada para a formação para a cidadania e isso, sem dúvida, deve ser assegurado’, afirmou.

João Brito explica os motivos em torno da retirada. ‘A gente retirou por ser símbolo de uma religião de cunho afro-brasileira. Não é pela cor da boneca. Nós não temos preconceito com cor, na igreja, inclusive, há muitas pessoas negras’.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/pastor-retira-boneca-afro-em-creche-de-vitoria-macumba/>. Acesso em 23 maio 2019.



Numa atitude totalmente arbitrária, impede-se a utilização de bonecas negras (Abayomi) como instrumento de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Novamente, o óbice parte de um representante evangélico que faz associação da boneca às religiões de matrizes africanas, que no caso em questão foi classificada como “macumba”. A alegação é de que não há preconceito com relação à “cor”, o problema são os símbolos das religiões de cunho “afro-brasileiro”.

Chama a atenção a fala do líder religioso de que “A escola é laica. Em contrapartida, a escola também não deveria fazer nada que contrariasse os princípios evangélicos. Pra quê essa boneca? Tanta coisa para ensinar. Por que ensinar isso?”. Neste caso, não se trata de “princípios evangélicos”, mas de interferência da Igreja no ensino público. É importante destacar que não se trata de uma escola confessional, o que nos faz questionar a legalidade de tal atitude do líder evangélico.

### 2.1.3 ENEM

- **Matéria 8: Intolerância religiosa é tema da redação do ENEM 2016 (Gospel Prime, 06 de novembro de 2016)**

Logo que os portões das escolas foram fechados para o início do segundo dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi divulgado o tema da redação. Os candidatos escreveram um texto de opinião sobre ‘Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil’.

(...)

Segundo os especialistas, a elaboração de uma redação do ENEM não se restringiu às ideias apresentadas no enunciado da prova. Além do quesito forma, onde se leva em consideração questões ortográficas e gramaticais, o candidato precisou ser capaz de elaborar uma ‘proposta ao problema abordado, respeitando os direitos humanos’.

Conforme era esperado, as **religiões afro-brasileiras** apareceram como as mais perseguidas no quadro disponibilizado pela comissão que elaborou a prova. Baseado em um índice da Secretaria de Direitos Humanos, com dados entre 2011 e 2014, seriam 75 casos registrados. Em seguida vem os evangélicos com 58 e os espíritas com 27. Os católicos apareceram com 22. Uma vez que a soma de evangélicos e católicos resulta em 80 casos, seria possível argumentar que, de modo geral, o cristianismo é a religião com o maior índice de perseguição.

Curiosamente, o mundo vive desde 2014 uma grande onda de perseguição religiosa sistemática contra cristãos e outras minorias no Oriente Médio. Com a ascensão do Estado Islâmico, um genocídio étnico e religioso vem sendo executado, enquanto a grande mídia ignora o tema.

(...)

O pensamento politicamente correto, que parece ser a norma na maior parte do mundo, trata qualquer denúncia contra os atos de muçulmanos como

‘islamofobia’. Em atentados terroristas claramente cometidos por motivação religiosa – atos de jihad islâmica – esse aspecto sempre é minimizado como ação de ‘extremistas’ ou simplesmente ignorados. Na contramão, todo ato realizado por um indivíduo ou grupo cristão é classificado de ‘fundamentalismo religioso’.

Quando se fala sobre perseguição religiosa na imprensa brasileira, geralmente são casos isolados de ataques a seguidores de religiões afro. Quando alguns políticos começaram a tentar denunciar que também existe uma ‘cristofobia’ que deveria ser combatida foram ridicularizados.

(...)

Já o pastor Gaspar de Souza, da Igreja Presbiteriana dos Guararapes, na região metropolitana de Recife, arriscou sugerir que o MEC esperava como resposta, ‘acusar os evangélicos de intolerantes’, e **‘exaltar as religiões afros como expressão cultural em detrimento da fé católica e evangélica no Brasil’**. Para ele, ‘o Ministério da Educação Marxista incentivará a intolerância na redação. Nada diferente da surrada ‘jogar uns contra os outros’.<sup>20</sup>

Normalmente, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) trata de questões relevantes do cotidiano. Conforme é demonstrado neste mesmo Exame, as religiões de matriz africana são as que mais sofrem ataques. Entretanto, o autor da reportagem chega a somar os casos de ataques a evangélicos e católicos a fim de demonstrar que as religiões “cristãs” são mais prejudicadas e que os ataques às religiões de matriz africana se tratam de “casos isolados”, e faz comparações aos ataques sofridos por muçulmanos, como se fossem eles os esquecidos.

Outro ponto que nos chama a atenção é a associação política que é feita ao tema, não somente nesta reportagem. Nas pautas referentes ao ensino da história e da cultura africana, principalmente quando se trata da religião, é recorrente a alegação dos grupos evangélicos de que se trata de influência “esquerdista” e “marxista”. Consideramos que isso se deve ao fato de que a proposta para inclusão de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras nos currículos escolares partiu na época de políticos filiados a partidos de esquerda.

- **Matéria 9: Dicionário de travestis é abordado em prova do ENEM (Gospel Prime, 04 de novembro de 2018)**

Na prova de Linguagens, por exemplo, havia uma que abordava um dicionário criado somente para o vocabulário usado por travestis. A questão pedia que os candidatos ‘decodificassem’ o que era dito. ‘Nhai, amapô! Não faça a loka e pague meu acué, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/>. Acesso em 23 ago 2019.

Entendeu as palavras desta frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de **pajubá**, o ‘dialeto secreto’ dos gays e travestis’ (grifo nosso).<sup>21</sup>

- **Matéria 10: Bolsonaro critica ‘lactração’ e doutrinação nas escolas (Gospel Prime, 05 de janeiro de 2019)**

Através de sua conta no Twitter, o presidente Jair Bolsonaro defendeu neste sábado, 5, o novo coordenador do Enem, Murilo Resende. O capitão afirmou que o responsável pelo ENEM **priorizará o ensino e não ‘a lactração’ e a doutrinação de alunos em sala de aula.**

Ainda durante a campanha eleitoral, Bolsonaro criticou os temas tratados pelo

Enem. No exame mais recente havia uma pergunta sobre o dialeto utilizado por gays e travestis, que gerou grande polêmica. Bolsonaro disse na época que considerava a avaliação um ‘vexame’ e uma ‘doutrinação exacerbada’. Ainda durante a campanha eleitoral, Bolsonaro criticou os temas tratados pelo

Enem. No exame mais recente havia uma pergunta sobre o dialeto utilizado por gays e travestis, que gerou grande polêmica. Bolsonaro disse na época que considerava a avaliação um ‘vexame’ e uma ‘doutrinação exacerbada’.

(...)

Também através do Twitter, o deputado federal Eduardo Bolsonaro apoiou a indicação de Murilo e destacou que os estudantes “não precisam saber” sobre

temas como feminismo e a “**história conforme à esquerda**”.

“Atenção, professores: seu aluno que inicia agora o 1º ano do Ensino Médio não precisa saber sobre feminismo, linguagens outras que não a língua portuguesa ou **História conforme a esquerda**, pois o vestibular dele será em 2021 ainda sob a égide de pessoas da estirpe de Murilo Resende”, escreveu o filho do presidente (grifos nossos).<sup>22</sup>

Com relação ao termo utilizado na prova do ENEM, que faz menção ao “dialeto utilizado por gays e travestis”, considerando a fala do então deputado Eduardo Bolsonaro, que alerta os professores de que o aluno “não precisa saber sobre feminismo, linguagens outras que não a língua portuguesa ou História conforme a esquerda”, entendemos que não se trata apenas de homofobia, que aliás não é nosso objeto de estudo, mas o fato de a palavra “pajubá” estar relacionada ao candomblé, sendo mais um fato que corrobora o posicionamento contrário ao ensino da cultura africana.

Quando cita o termo “história conforme a esquerda”, infere-se que o então deputado deve estar se referindo ao fato de que os Projetos de Lei sobre a proposta

<sup>21</sup> Disponível em: <https://overbo.news/dicionario-de-travestis-enem/#:~:text=Se%20sim%2C%20%C3%A9%20porque%20voc%C3%AA,e%20viol%C3%AAncia%20contra%20a%20mulher.> Acesso em 28 ago 2019.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://overbo.news/bolsonaro-critica-lactacao-enem-doutracao-nas-escolas/>. Acesso em 18 ago. 2019.

do Ensino de História da África terem sido apresentados por deputados de partidos de esquerda na época (Partido dos Trabalhadores - PT), sendo que a Lei nº 10.639/2003, que alterava a LDB, introduzindo a obrigatoriedade de se ensinar “História e Cultura Afro-brasileira” no ensino básico público e privado, foi sancionada no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também do PT.

#### 2.1.4 LDB

- **Matéria 11: Ensino do islamismo no Brasil poderá ser obrigatório (Gospel Prime, 31 de outubro de 2014)**

Ensinar sobre o islamismo nas escolas de ensino primário e médio no Brasil parece fazer parte de uma tendência de pluralismo na sala de aula. O artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, determina que o estudo religioso nas escolas públicas seja parte integrante da formação básica do cidadão, podendo ser disciplina regular nos horários normais do ensino fundamental.

Em 2003, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a **Lei nº 10.639** que alterava a LDB, introduzindo a obrigatoriedade de se ensinar “**História e Cultura Afro-brasileira**” no ensino básico público e privado.

(...)

Ao se oferecer aos alunos uma disciplina que apresente aspectos históricos e religiosos do islamismo ou das **religiões afro**, acaba-se deixando de lado outras como o budismo e o judaísmo, que também são praticados no Brasil. O que seria melhor ensinar todas ou não ensinar nenhuma? A Constituição prevê no seu artigo quinto: ‘A liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias’.<sup>23</sup>

A reportagem trata do Projeto de Lei 1780/2011 referente à inclusão da cultura árabe e tradição islâmica no currículo oficial da rede de ensino. O que nos chamou a atenção foi a menção da Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade de se ensinar “História e Cultura Afro-brasileira” no ensino básico público. Ou seja, a menção da referida lei numa reportagem que trata de religião demonstra mais uma vez que o imbróglio no ensino da História da África é a questão da religião. Neste caso, o argumento é que ensinar aspectos sobre o islamismo ou das religiões afro estaria deixando de lado as demais religiões. Entretanto, não se menciona que as religiões de matriz africana fazem parte do ensino da história e da cultura afro-brasileira e por isso a sua importância.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/>. Acesso em 23 set 2019.

- **Matéria 12: Nova base curricular do Brasil é aprovada sem ideologia de gênero (Gospel Prime, 16 de dezembro de 2017)**

Contrariando muito do que foi estabelecido nos anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder, a nova versão da BNCC traz normas para o ensino religioso e a retirada de menções a 'questões de gênero'.

O ministro da Educação, Mendonça Filho, acredita que o novo texto é 'plural e contemporâneo' e que terá 'papel crucial na melhoria da qualidade e da equidade da educação no Brasil'.

**A supressão das menções a questões de gênero e orientação sexual foi considerada uma vitória pela Frente Parlamentar Evangélica, presidida pelo deputado pastor Takayama (PSC/PR).**

Em nota ao Gospel Prime diz: 'Não baixamos a guarda. Não descansamos e nem dormimos! A Frente Parlamentar Evangélica, juntamente com as Frentes Católica e Em Defesa da Família se uniram e conseguiram essa grande vitória! Foi o primeiro passo! Não esmoreceremos. As orientações sobre identidade de gênero serão discutidas pela comissão do CNE – Conselho Nacional de Educação! E nós estaremos lá. Não vamos deixar que confundam nossas crianças! **O Ensino religioso, também por pressão nossa, ganhará diretrizes sobre o que deve ser ensinado do 1º ao 9º ano. Fizemos isto por todas as crianças e famílias cristãs do nosso Brasil!**' (grifos nossos).<sup>24</sup>

Nesta reportagem, a Frente Parlamentar Evangélica comemora a exclusão de diretrizes para o ensino religioso na BNCC. Na proposta anterior eram estabelecidas diretrizes para o ensino fundamental:

a escola, diante de sua função social, pode contribuir para a promoção da liberdade religiosa e dos direitos humanos, desenvolvendo práticas pedagógicas que enfrentem e questionem processos de exclusões e desigualdades, e que encaminhem vivências fundamentadas no conhecer, respeitar e conviver entre os diferentes e as diferenças (CANCIAN, 2017, p. 1)<sup>25</sup>.

Desta forma, permanece o que já estabelecia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu Art. 33,

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1997).

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/nova-base-curricular-do-brasil-e-aprovada-sem-ideologia-de-genero/>. Acesso em 25 set 2019.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873258-ensino-religioso-fica-fora-da-nova-versao-da-base-nacional-curricular.shtml>. Acesso em 28 out 2019.

Apesar de a LDB assegurar o “respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, sem diretrizes específicas, há professores que podem se sentir à vontade para abordar temas de acordo com suas convicções religiosas e, conseqüentemente, excluir outras religiões, como demonstra a proposta da Frente Parlamentar Evangélica na matéria supramencionada.

- **Matéria 13: Projeto quer que escolas respeitem convicções familiares sobre sexo e religião (Gospel Prime, 07 de outubro de 2014)**

**A forma como as escolas públicas tratam temas como sexo e religião é algo que preocupa as famílias, principalmente diante de novas leis que querem, entre outros elementos, falar abertamente sobre homossexualidade e a famigerada teoria de identidade de gênero que descaracteriza a visão de masculino e feminino.**

Diante desses perigos, um projeto de Lei apresentado na Câmara dos Deputados quer impedir que a escola de educação básica interfira nos valores ensinados pelos pais aos seus olhos no que diz respeito a educação moral, sexual e religiosa.

A proposta é do deputado Erivelton Santana (PSC-BA) que com o PL 7180/14 quer alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96) que inclui o ensino desses temas nas escolas públicas de todo o país.

No texto do projeto, que tramita na Câmara desde fevereiro, o deputado cita o Pacto de São José da Costa Rica assinado em 1969, mas ratificado no Brasil em 1992 que no artigo 12 dava às famílias o direito de educar moral e religiosamente seus filhos de acordo com suas próprias convicções.

**‘Somos da opinião de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica.** Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros’, diz o texto.

O projeto está parado nas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania esperando um parecer conclusivo.

O argumento utilizado nesta matéria é de que a escola “não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica”, porém, não se trata de proselitismo religioso. Como dito anteriormente, a LDB estabelece que o ensino religioso deve assegurar “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” (BRASIL, 1997). As crenças religiosas fazem parte da cultura afro-brasileira, o que torna inviável o ensino da história e da cultura afro sem abordar a questão religiosa, porém, os grupos evangélicos ignoram isso, conforme podemos verificar de forma subjetiva na reportagem.

### 2.1.5 História da África

- **Matéria 14: Alunos evangélicos se negam a fazer projeto sobre cultura africana (Gospel Primei, 10 de novembro de 2012)**

Mais uma polêmica entre fieis evangélicos e de **religiões afro-brasileiras**. Em Manaus, um grupo de 14 alunos da escola estadual de ensino médio Senador João Bosco de Ramos Lima se recusaram a apresentar uma feira sobre **cultura africana**.

Os alunos, vindos de famílias evangélicas, diziam-se ofendidos com a abordagem proposta e fizeram uma proposta de apresentar um trabalho com outro foco: 'As missões evangélicas na África'. Os professores não concordaram.

Alguns dos estudantes montaram sua barraca na frente da escola mesmo assim. 'O que eles queriam apresentar fugia totalmente do tema e eles acabaram montando a tenda fora da escola, no sol. Depois de conversarmos eles foram para o pátio, mas o trabalho não podia ser avaliado porque não tinha a ver com a feira', explica Raimundo Cleocir, coordenador adjunto da escola.

Por causa das notas baixas que os filhos iriam receber, os pais foram até a escola tentar entender o que ocorreu. Agora, os estudantes estão alegando 'discriminação contra a religião evangélica', a um grupo que defende os direitos humanos.

O aluno Jefferson Carlos, explica por que seu grupo não concordou com a tarefa proposta: 'Tivemos que ler um livro do Jorge Amado, onde um garoto tem amizade com um **pai de santo**. Eu achei muito estranho isso porque teríamos que relatar essa história no trabalho. Queríamos apresentar de outro modo, sem falar sobre isso'.

Wanderléa Noronha, mãe de uma das alunas, se disse vítima de discriminação: 'A discriminação aconteceu conosco. Minha filha não quis apresentar o tema e sofreu bullying pelo os outros alunos. Por que não pode haver espaço para a religião evangélica na feira?'.

Alguns dos alunos frequentam o Ministério Cooperadores de Cristo, liderado pelo pastor Marcos Freitas. Ele defende os fieis, afirmado não gostar da proposta da escola 'Tinha homossexualismo no meio, eles querem que os alunos engulam isso?', disse.

A escola acabou convocando uma reunião com professores, pais e alunos para tentar debater o ocorrido. Também estavam na sala representantes dos Direitos Humanos, Movimento Religioso de Matriz Africanas, Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Marcha Mundial das Mulheres.

O encontro mediado pela representante do Conselho dos Direitos Humanos, Rosaly Pinheiro. 'Fomos convocados para mediar a reunião, pois é um assunto muito delicado e é preciso articular com as pessoas o argumento de que vivemos numa democracia, e todos tem liberdade de expressão', explica.

Mas o assunto não foi totalmente resolvido. A diretora da escola, Isabel Costa,

explica que a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) será consultada para decidir as notas dos alunos. Ela se diz abalada com a repercussão negativa e explica que o trabalho fazia parte da 8ª Feira Cultural, o Projeto Interdisciplinar de Preservação da Identidade Étnico Cultural, realizado na escola a sete anos.

Luiz Fernando Costa, um dos professores da escola e atual Presidente do Movimento Negro no Amazonas, diz que foram seguidas as diretrizes da lei

federal 10.635 e 11.4645, as quais torna obrigatório o ensino de 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena' nas escolas. 'Todo este tema está no currículo da escola, a discussão é sobre ensino das culturas e não sobre a religião', assevera. Por sua vez, Raimunda Nonata Corrêa, dirigente da Coordenação Amazonense das Religiões de Matriz Africana (Carma), também discorda que o foco era a religião e lembra que 'escola não é espaço de disputa religiosa' (grifos nossos).<sup>26</sup>

Nesta reportagem está explícito que o argumento contrário ao ensino da Cultura e História Afro-Brasileira são as religiões tidas como de matriz africana. Um dos alunos se nega a participar do projeto sobre cultura africana pelo simples fato de ter que ter lido um livro no qual um garoto tinha amizade com um pai de santo, ou seja, isso foi suficiente para a negação de aprender sobre a cultura africana, como se fosse uma "repulsa".

Também nos chama a atenção a fala de que havia "homossexualismo" no meio, como se fosse algo imoral e que estivesse associado à cultura africana. Esta associação também é recorrente nas reportagens anteriores.

- **Matéria 15: Alunos devem apresentar trabalho sobre candomblé para confirmar nota, diz Seduc (Gospel Prime, 14 de novembro de 2012)**

Representantes da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (Seduc) se reuniram na manhã desta segunda-feira (12) com a direção da Escola Estadual Senador João Bosco, em Manaus, para discutir sobre os alunos evangélicos que se negaram a fazer um trabalho sobre a cultura africana.

A reunião aconteceu para tentar decidir o que fazer com os 13 alunos que ficaram sem nota por não apresentar o trabalho proposto pela professora. O grupo teria de apresentar algo sobre a **religião candomblé**, mas eles se recusaram e fizeram um trabalho com o tema de missões na África.

Entre os participantes dessa reunião estava o diretor de Programas e Políticas Pedagógicas da Seduc, Edson Melo, que lembrou que desde 2003 o ensino sobre a **História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena** é obrigatória nas escolas e que por isso deve ser aplicada.

'Não podemos passar uma borracha na história brasileira, e a cultural afro-brasileira está inclusa nela', disse ele.

A professora de história da escola, Raimunda Nonata Freitas, diz ter ficado surpresa com a reação dos alunos já que este tipo de trabalho é aplicado há sete anos. 'Nunca tivemos esse tipo de problema, sempre existirá diversidade de pensamentos religiosos, mas não divergência, nem discriminação' falou a professora.

Como o trabalho feito pelo grupo de evangélicos não foi o mesmo do tema sugerido eles não puderam apresentá-lo na feira cultural e por isso eles pretendem encaminhar um ato de repúdio para a Presidência da República alegando que sofreram bullying e dizendo que não houve espaço para a religião evangélica na feira.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://overbo.news/alunos-evangelicos-cultura-africana/>. Acesso em: 26 out 2019.



Os representantes reunidos não conseguiram encontrar uma forma para reavaliar os alunos que ficaram sem nota neste trabalho. Edson Melo acredita que eles precisarão entregar o trabalho com o tema proposto para poder receber a nota.

‘A Seduc não está aqui para punir, essa não é a nossa função, estamos aqui para construir educação e contribuir para a formação de cidadãos, mas a secretaria, enquanto Estado, não permite o esquecimento da cultura brasileira’, disse o diretor da Seduc.<sup>27</sup>

A reportagem trata da continuação da história referente aos alunos evangélicos que se negaram a fazer um trabalho sobre a cultura africana. Mesmo diante das alegações da Secretaria de Educação de que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira é obrigatório, os alunos informaram que pretendem encaminhar um ato de repúdio para a Presidência da República com a alegação de que teriam sofrido *bullying* e que não houve espaço para a religião evangélica na feira.

Mais uma vez temos um fato que corrobora a hipótese de que o entrave para a prática do ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira é a resistência imposta pelos grupos evangélicos.

- **Matéria 16: Ensino religioso torna-se obrigatório em escolas de BH (Gospel Prime, 20 de dezembro de 2016)**

Os vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, aprovaram, em segundo turno na última quinta-feira (15/12), a obrigatoriedade da disciplina de ensino religioso em escolas municipais de educação do município.

O projeto de lei original, que segue para sanção ou veto do prefeito Marcio Lacerda (PSB), é de autoria do vereador Vilmo Gomes (PSC) e tem a intenção original de que as aulas promovam o respeito à múltiplas religiões, embora o texto original não especifique quais religiões serão alvo das aulas ministradas aos estudantes.

Um dos trechos da lei, destacado em notícia do UOL Educação, afirma que as aulas deverão ‘propiciar momentos de interação entre as diferentes matrizes religiosas trabalhadas na Unidade Escolar, **visando a valorização a e visibilidade das diferentes práticas religiosas**’.

Se a lei for sancionada, os professores de ensino religioso serão selecionados por meio de concurso e deverão ter licenciatura plena em cursos como Sociologia, Filosofia ou História. A graduação em Teologia também é aceita.

No entanto, a lei recebe críticas de certos segmentos da educação. Wanderson Rocha, diretor do SindRede/BH (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte), acredita que o projeto causará transtornos no ambiente acadêmico, especialmente em temas religiosos.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://overbo.news/alunos-evangelicos-cultura-africana-seduc/> 1/. Acesso em: 26 out 2019.

‘A lei foi feita de cima para baixo, sem ouvir especialistas ou os envolvidos nas salas de aula. Ela vai é provocar um acirramento de diferenças religiosas, porque, pelo texto, todas as religiões têm de ser abrangidas. **Mas como vão lidar, por exemplo, os pais evangélicos diante do ensino de uma religião africana aos filhos, como a umbanda ou o candomblé? Será que os pais dessas crianças vão concordar?’**, afirmou.

O diretor ainda pondera que pais que não professam nenhuma religião, ou que são ateus, podem não se sentir representados com a nova lei e que, por isso, causará conflitos. Enquanto isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Governo Federal, prevê que a ministração da disciplina no país é facultativa.

Vilmo, o vereador que propôs o projeto, diz ter se inspirado na Bíblia para propor o projeto, embora considere que a disciplina deva envolver outras manifestações religiosas. ‘Eu valorizo muito a família, e achamos por bem a colocarmos isso porque temos a esperança de ver a juventude com um comportamento bem diferenciado do que nós temos hoje’ (grifos nosso).<sup>28</sup>

A reportagem trata da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas da cidade de Belo Horizonte. O questionamento que é feito nesta matéria é se os pais de alunos evangélicos concordarão com o ensino de uma “religião africana”, como a umbanda e o candomblé. No entanto, o vereador autor do projeto “diz ter se inspirado na Bíblia para propor o projeto, embora considere que a disciplina deva envolver outras manifestações religiosas”. Diante desta fala contraditória do vereador, fica claro que as religiões cristãs, em especial as evangélicas, serão privilegiadas e que ensino das religiões tidas como de matriz africana dificilmente serão colocadas em prática.

- **Matéria 17: África e os movimentos de (in)consciência negra no Brasil (Gospel Primei, 22 de novembro de 2017)**

A curiosidade me levou a visitar a ‘página fantasma’[4] da jornalista e depois de ler diversos posts moldados pela defesa emocionada da ideologia de gênero e combate ao racismo, tentei localizar alguma manifestação de pesar pelo número assustador de negros pobres **somalis** que foram executados em outubro por terroristas muçulmanos. Foram mais de 300 mortos em dois ataques na Somália[5]. Sinceramente, como pode uma jornalista-ativista que se orgulha publicamente da sua ‘**africanidade**’ [6] não se pronunciar em sua página oficial no Facebook acerca de tamanha brutalidade? Ao que parece, Flávia só se revolta com a discriminação e assassinato de negros nas periferias brasileiras. A matança genocida na África não é prioridade na pauta da esquerdista que dificilmente se pronuncia no programa ‘Estudio i’, da Globo News, sem criticar Trump e as falhas na área de segurança pública no Brasil. Trump incomoda mais do que a desgraça que se abate na ‘mãe África’ renegada por seus filhos ilustres!

É, no mínimo, estranho, as matanças e demais mazelas africanas não constarem na ‘pauta diária’ de uma jornalista negra que se revolta em artigo de sua coluna no jornal ‘O Globo’ pelo fato do ensino da **História da África**

<sup>28</sup> Disponível em: <https://overbo.news/ensino-religioso-escolas-bh/>. Acesso em: 26 out 2019.

não constar efetivamente nos currículos escolares. Se ela exercesse ativismo também em relação às misérias que sofrem os povos africanos, ajudaria a construir a indispensável conscientização acerca da necessidade de se conhecer a dor africana na sua origem, além da riqueza cultural do continente. Ademais, uma pessoa que não se importa com as desgraças do presente, se importaria realmente com as tragédias do passado? A resposta é sim, se servirem para a propagação de uma agenda seletiva, própria de grande parte dos movimentos negros que se preocupam mais com a divulgação da ‘ideologia esquerdista’ do que com o sofrimento dos negros em territórios onde a mídia não tem interesse (grifos nossos).<sup>29</sup>

Nesta reportagem é feita uma crítica a uma jornalista do Jornal O Globo que demonstra revolta pelo fato da disciplina História da África não constar dos currículos escolares. O argumento utilizado é que a jornalista não defende com o mesmo vigor “as matanças e demais mazelas africanas”.

É comum os grupos evangélicos menosprezarem a história e a cultura africana e desviar o assunto para outros problemas do continente africano, como a fome, guerras etc.

### **Matéria 18: Macumba ‘pega’ no cristão? (Gospel Prime, 28 de janeiro de 2015)**

A crença de que crentes estão sendo atacados por trabalhos de macumba, mau olhado, despachos ou coisas assim é muito comum. Vez ou outra aparece alguém perguntando se o cristão pode “pegar” macumba. Esse “pegar” dá a ideia de pegar uma doença, uma maldição ou algo assim. É como se o **feitiço** lançado fosse propagado por um canal invisível e atacasse o casamento, finanças, saúde, família, etc, assim como o vírus da gripe que entra no organismo humano através das vias respiratórias e ataca o funcionamento regular do corpo.

(...)

A definição de macumba não é fácil de se conseguir. A ideia popular normalmente está associada a **feitiços, trabalhos para atrasar a vida de alguém, despachos, mandingas** e coisas do tipo. A ideia geral da sociedade é que a macumba é algo **malévolo, maligno** e até mesmo diabólico. Oliveira sugere que esta fama ruim possa ter sua origem na provável “associação ao adjetivo feminino de mau: ‘má’”.<sup>[1]</sup> Na visão dele, se fosse então “boacumba”, **a religiosidade afro-brasileira poderia ter tomado outro rumo.**

(...)

A ideia não está de toda errada. Champlin explica que as religiões praticantes de magias e feitiçarias partem da ideia de “que certas pessoas têm a capacidade de manipular poderes sobrenaturais, a fim de alterar para melhor ou para pior a sorte de alguém, tanto do próprio indivíduo como de outras pessoas”.<sup>[2]</sup>

Certo representante do candomblé, por exemplo, publicou um livro em que traz ensinamentos sobre como prejudicar outras pessoas através de feitiços e encantamentos.<sup>[3]</sup> Alguns desses feitiços seriam: colocar uma pessoa louca, destruir, arruinar, colocar feridas, trazer separações matrimoniais,

<sup>29</sup> Disponível em: <https://overbo.news/africa-e-os-movimentos-de-inconsciencia-negra-no-brasil/>. Acesso em 30 out 2019.

fazer perder tudo o que tem, fazer ir embora, fazer vingança e até mesmo matar.

**Garder comenta que o candomblé não é uma religião ética**, mas mágica e ritualística. Nela não há a ideia de salvação da corrupção do pecado e tampouco há espaço para negação deste mundo em prol de uma vida eterna. “No candomblé o que se busca é a interferência concreta do sobrenatural ‘neste mundo’ presente, mediante a manipulação de forças sagradas, a invocação das potências divinas e os sacrifícios oferecidos às diferentes divindades, os chamados orixás”.

**Embora o candomblé adote a prática de fazer o mal explicitamente**, Lourenço Braga alega que a umbanda se dedica à prática do bem (magia branca), ao passo que a quimbanda se dedica à prática do **mal** (magia negra).[5]

(...)

**O dicionário Melhoramentos define macumba como candomblé, feitiçaria e ainda como um instrumento de percussão dos negros.**[7]

Trindade, sacerdote umbandista, explica que uma das possibilidades para a origem da macumba talvez seja **a ligação que as pessoas fizeram dos praticantes das religiões afro com o instrumento predominante de suas religiões.**[8] Ou seja, como na maioria das religiões afro usava-se o instrumento de percussão “macumba” e quem os tocava eram “macumbeiros”, daí a fama popular genérica de que todas as religiões afro sejam “macumba”.

Macumba também é, popularmente associado a feitiço. Quando alguém diz “fizeram uma macumba para meu vizinho”, ele está na verdade dizendo que fizeram um trabalho de feitiçaria (macumbaria) contra aquela pessoa.

(...)

A Bíblia, por sua vez, traz severas proibições às práticas de comunicação com os mortos.

(...)

A Lei divina entretanto, era clara ao dizer que não deveria haver em Israel quem fizesse “passar pelo fogo o seu filho ou a sua filha, nem adivinhador, nem prognosticador, nem agoureiro, nem feiticeiro nem encantador, nem quem consulte um espírito adivinhador, nem mágico, nem quem consulte os mortos”. A opinião de Deus acerca dessas práticas era de que “todo aquele que faz estas coisas é abominável ao Senhor” (Dt 18.10-12).

(...)

Nas religiões afro, esses demônios seriam os guias, orixás, caboclos, pretos velhos, exus, etc. O meio para desfazer, ou quebrar essas **maldições** seria examinar a área onde foi feito o feitiço, andar sobre ele como um ato profético baseado na promessa mosaica (Dt 11.24), declarar que o local é santo e pedir que Deus envie anjos para aquele local.

(...)

Respondendo à pergunta da seção anterior: não! **O crente não pega macumba.**Melhor dizendo, O cristão autêntico, aquele tem vida com Deus, que não dá lugar ao **diabo** (Ef 4.27), que anda sóbrio e vigilante (1 Pe 5.8), que resiste ao tentador (Tg 4.7), este sim, jamais ficará “macumbado” (grifo do autor).<sup>30</sup>

Apesar de não se tratar especificamente sobre o ensino da disciplina História da África, consideramos importante incluir esta reportagem pelo fato de trazer uma extensa definição do que é “macumba”.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/macumba-pega-cristao/> . Acesso em 30 out 2019.

O termo “macumba” sempre foi popularmente associado às religiões de matriz africana, sendo que os grupos evangélicos reforçam esta questão de forma pejorativa, associando a macumba a algo negativo, o que reforça o repúdio às religiões de matriz africana e, conseqüentemente, ao ensino da história e cultura afro-brasileira.

O assunto é tratado de forma tão temerária pelos grupos evangélicos, que os ditos “cristãos” podem entender que “pegarão macumba” pelo simples fato de estar em contato com o conhecimento referente às religiões de matriz africana.

## CAPÍTULO 3 – O IMAGINÁRIO ACIONADO ÀS MANIFESTAÇÕES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Neste capítulo buscaremos problematizar os fundamentos identificados a partir de referências teóricas relacionadas à mídia e ao imaginário com o objetivo de identificar se eles são baseados em aspectos religiosos que se contrapõem às religiões de matriz africana e quais símbolos do imaginário são acionados nestas manifestações.

### 3.1 Definição de Imaginário

Consideramos importante destacar que o conceito de imaginário sobre o qual versa esta pesquisa está baseado no ponto de vista de Edgar Morin e Malena Segura Contrera, já que são muitos os autores que tratam do tema e sob diferentes pontos de vista.

De acordo com Contrera (2017, p. 21), as imagens perdem seu caráter visual devido às percepções e criações internas. O conjunto de imagens de caráter mental, que podem ser olfativas, táteis, amedrontadas ou que causem sensação ou sentimento é o que consideraremos imaginário. Assim, podemos considerar que o histórico de vida do indivíduo e a sua cultura interferem diretamente no seu modo de percepção das coisas. Nesse sentido, e considerando que nossa pesquisa está diretamente relacionada à cultura, destacamos o que Edgar Morin conceitua como Noosfera:

As representações, os símbolos, mitos, ideias, são englobados simultaneamente pelas noções de cultura e de Noosfera. Sob o ponto de vista da cultura, constituem a sua memória, os seus saberes, os seus programas, as suas crenças, os seus valores, as suas normas. Sob o ponto de vista da Noosfera, são entidades feitas de substância espiritual e dotadas de uma certa existência.

Saída das próprias interrogações que tecem a cultura de uma sociedade, a Noosfera emerge como uma realidade objetiva, disposta de uma relativa autonomia e povoada de entidades a que vamos chamar de 'seres do espírito' (MORIN, 2008, p.101).

A partir do conceito de Morin sobre a Noosfera, Contrera apresenta o conceito de *Mediosfera*:

É preciso reconhecer nessa Noosfera gerada/geradora da sociedade industrial, os seres do espírito que geraram, no seio dessa sociedade, a cultura mediática, e que hoje, no que podemos chamar de sociedade pós-industrial, continuam a gerá-la e a nos gerar por meio dela. Entre esses seres estão certamente a visibilidade e a questão da imagem (como forma contemporânea residual da aparição hierofânica), a eletricidade e seu poder simbólico, o culto à tecnologia e a hipertrofia do símbolo “dinheiro”. Esses são, no sentido moriniano da palavra, demônios que habitam a esfera mediática, nossa única comum e inequívoca forma de religiosidade contemporânea. E são eles também agentes centrais do processo de desencantamento de que tratamos nesse trabalho (CONTRERA, op. cit., p. 24).

Ante o exposto, podemos dizer que o imaginário é uma construção subjetiva e está relacionado ao comportamento do ser humano no campo religioso e midiático. Como pudemos constatar em nossa pesquisa, ao abordar o ensino da história da cultura afro-brasileira, elementos do imaginário são acionados para justificar um posicionamento contrário ao ensino da disciplina sem qualquer fundamento teórico que justifique tal prática. O elemento central é a demonização que grupos evangélicos fazem diante das religiões de matriz africana. A seguir, demonstraremos exemplos de como isso acontece na prática, procurando entender os símbolos do imaginário acionados nestas manifestações.

### **3.2 Símbolos do imaginário acionados**

Ao fazermos a análise dos discursos presentes nas matérias selecionadas do *site* Gospel Prime, a fim de identificar o imaginário presente nos discursos contrários à implantação da disciplina História da África, identificamos certos termos que justificam o caráter negativo de tal ação, os quais foram contabilizados para que fossem identificados os termos mais significativos e as recorrências, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência de repetições de termos

| <b>Termo</b>                               | <b>Frequência de repetições</b> |
|--|---------------------------------|
| Candomblé                                  | 22                              |
| Diabo/Demônio/demonizar                    | 21                              |
| Macumba/mandinga/despacho                  | 21                              |
| Religiões afro-brasileiras/matriz africana | 15                              |
| Mal/Maligno/Maldição/malévolo              | 15                              |
| Feitiço/feitiçaria/encantamento            | 12                              |
| Orixás                                     | 11                              |
| Umbanda                                    | 7                               |
| Entidade Espiritual/Religiosa              | 6                               |
| Exus                                       | 6                               |
| Caboclos                                   | 5                               |
| Iemanjá                                    | 5                               |
| Trevas                                     | 4                               |
| Inferno                                    | 4                               |
| Terreiro                                   | 3                               |
| Pecado                                     | 3                               |
| Espiritismo                                | 2                               |
| Crenças/Religiões não cristãs              | 2                               |
| Satanás/satanismo                          | 2                               |
| Lúcifer                                    | 2                               |
| Pretos velhos                              | 2                               |
| Oxum                                       | 2                               |
| Incorporação                               | 2                               |
| Quimbanda                                  | 2                               |
| Magia negra                                | 2                               |
| Anticristo                                 | 1                               |
| Falsos Deuses                              | 1                               |
| Kardecismo                                 | 1                               |
| Batuque                                    | 1                               |
| Ogum                                       | 1                               |
| Xangô                                      | 1                               |
| Pai de Santo                               | 1                               |

Fonte: Gospel Prime

Importante retomar que a pesquisa foi feita a partir de palavras-chaves que estivessem relacionadas ao ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, sendo utilizados os seguintes termos: “**História da África**”, “**10.639 e 10639**” (Lei), “**Cultura Afro**”, “**ENEM**”, “**LDB**”. No entanto, nas reportagens que demonstraram posicionamento contrário à prática da disciplina, constatamos a reincidência de termos relacionados às religiões tidas como de matriz africana, conforme demonstra a Tabela 2.

O termo com maior reincidência foi “**candomblé**”, com o total de 22 repetições; em segundo lugar ficaram os termos “**Diabo/Demônio/demonizar**”



juntamente com “**Macumba/mandinga/despacho**”, com o total de 21 repetições cada; em terceiro lugar ficaram os termos “**Religiões afro-brasileiras/matriz africana**” juntamente com “**Mal/Malígnio/Maldição/malévolo**”, com o total de 15 repetições cada.

Quando se trata da inclusão do ensino religioso nas escolas, o “temor” que parte de grupos evangélicos é pela inclusão de religiões de matriz africana, com destaque para a umbanda e candomblé, conforme demonstra a Matéria 16, não sendo identificadas manifestações relevantes contrárias a outras religiões:

A lei foi feita de cima para baixo, sem ouvir especialistas ou os envolvidos nas salas de aula. Ela vai é provocar um acirramento de diferenças religiosas, porque, pelo texto, todas as religiões têm de ser abrangidas. Mas como vão lidar, por exemplo, os pais evangélicos diante do ensino de uma religião africana aos filhos, como a umbanda ou o candomblé? Será que os pais dessas crianças vão concordar?’ (GOSPEL PRIME, 2016).<sup>31</sup>

O uso de instrumentos que possam estar associados às religiões de matriz africana causam ainda mais pavor. Na Matéria 7 podemos verificar a manifestação de um pastor diante da utilização de bonecas negras (Abayomi) como instrumento de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Segundo o referido pastor: “Aquilo era um quadro com entidade de macumba. Se colocar qualquer símbolo religioso que confronte a Bíblia eu tiro, eu tirarei e, se repetir, eu tiro de novo’, disse ele (GOSPEL PRIME, 2017).<sup>32</sup>

Segundo Araújo,

a existência de uma cultura religiosa hegemônica faz com que haja na escola um consenso tácito de que há símbolos cujo uso é autorizado e símbolos de uso não autorizado ou mesmo desautorizados. É isso que estamos chamando de racismo institucional, disfarçado ou camuflado (ARAÚJO, op. cit., p .30)

Quando se mencionam as religiões de matriz africana, os termos “Diabo/Demônio/demonizar” e “Mal/Malígnio/Maldição/malévolo” são recorrentes. Assim, podemos dizer que o “diabo” e o “mal” são automaticamente acionados no imaginário religioso quando se trata das religiões de matriz africana. Em pesquisa anterior, já havíamos constatado que uso do imaginário do diabo é uma

<sup>31</sup> Disponível em: <https://overbo.news/ensino-religioso-escolas-bh/>. Acesso em: 26 out 2019.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/pastor-retira-boneca-afro-em-creche-de-vitoria-macumba/>. Acesso em 23 maio 2019.

característica do neopentecostalismo, sobretudo da Igreja Universal do Reino de Deus, que é um dos maiores grupos evangélicos neopentecostal. Durante os cultos, que são transmitidos pela televisão aberta através do canal R7, o “diabo” é constantemente acionado em cenas cuja espetacularização chama a atenção dos fiéis:

Em todas as narrativas, identificou-se uma figura comum e recorrente: o diabo.

A fórmula do discurso religioso da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD é o diabo como causa de todos os problemas, seja ele financeiro, afetivo, sexual, de saúde ou espiritual, e a igreja é a solução. A IURD prega que todos os problemas serão resolvidos se o diabo for afastado e que isso só é possível com o intermédio dela, contrariando, inclusive, a medicina, nos casos de doença.

Também ocorrem contínuos ataques a outras religiões, principalmente à umbanda e ao candomblé. Nos cultos, o diabo é manifestado na figura de “Exu”, um orixá das religiões tidas como de matriz africana, o que faz aumentar o preconceito e a discriminação à estas religiões (BARBOSA e RAMIREZ, 2018, p. 4).

Considerando tanto as matérias que foram selecionadas do *site* Gospel Prime, que é um *site* representativo do grupo evangélico, como o canal de televisão R7, no qual podemos verificar a espetacularização que é feita em torno do diabo e a sua associação às religiões de matriz africana, é importante destacar a forma como a mídia contribuiu na construção deste imaginário religioso, que associa tudo o que se refere às religiões de matriz africana ao mal. Segundo Contrera,

Dessa maneira, já era de se esperar que a mídia, para manter esse poder simbólico, se utilizasse dos rituais da comunicação (agentes de sincronização social, conforme H. Pross), agora mais do que nunca construídos sob uma forte estética do espetáculo, concentrando seus esforços nessa operação de ‘mostragem’, ao invés de estar realmente preocupada com sua competência relacional comunicativa. E mostrar é a palavra-chave do nosso tempo, de uma sociedade que, espetacularizada, responde ao desejo (ao mesmo tempo que o alimenta e reforça) do espírito do tempo – a imanência visível partilhada – *a mágica da visibilidade* (CONTRERA, 2002, p. 51, grifo da autora).

Ainda, segundo Araújo,

... como os neopentecostais possuem uma estrutura incomparavelmente mais arrojada do que seus opositores (e isso inclui a escola e suas estruturas e agentes), os afro-religiosos estarão sempre na desvantagem, já que não contam nem com a estrutura política nem midiática a seu favor. E quem possui o estado e a mídia a seu serviço termina possuindo a escola também (ARAÚJO, op. cit., p. 173).

Há que considerar, ainda, o peso que as decisões políticas têm aliadas aos meios de comunicação.

É isso que temos visto no Brasil. A escola agindo de forma esquizofrênica ao corroborar os medos disseminados pelos meios de comunicação a serviço de setores religiosos hegemônicos (hoje principalmente o neopentecostalismo, que em si já possui um discurso do medo fortemente marcado por crenças escatológicas e por discursos de demonização do outro). Entre esses medos está o medo relacionado ao mal que as religiões afro-brasileiras representariam. Nesse sentido, a escola iguala-se à televisão, ao cinema, às igrejas. Mais do que nunca a escola tem reassumido o papel de reprodutora das estruturas sociais e modelos culturais hegemônicos. Pior do que isso, ao retomar esse papel, ela tem se colocado a serviço de um estado cada vez menos laico e cada vez mais neopentecostal e intolerante, com pretensões de cristandade (ARAÚJO, op. cit., p. 203).

Assim, diante da reincidência de alguns termos utilizados nas matérias selecionadas, como Candomblé, “Feitiço/feitiçaria/encantamento”, “Orixás”, “Umbanda”, “Entidade Espiritual/Religiosa”, “Exus”, “Caboclos”, “Iemanjá”, “Terreiro”, “Espiritismo”, “Crenças/Religiões não cristãs”, “Pretos velhos”, “Oxum”, “Incorporação”, “Quimbanda”, “Magia negra”, “Anticristo”, “Falsos Deuses”, “Kardecismo”, “Batuque”, “Ogum”, “Xangô” e “Pai de Santo”, podemos inferir que o primeiro elemento do imaginário acionado pelos grupos evangélicos quando se trata do ensino da história e da cultura afro-brasileira é a “religião”, conforme é exemplificado pela Matéria 1:

Depois de uma aula dessas, religiosamente, o aluno sai com a cabeça virada. (...)

O embaralho doutrinário é tão grande que a criança deve sair da escolinha confundindo Deus com o **diabo**, o bem com o **mal**.

(...)

O MEC doutrina, principalmente, sobre **religiões satânicas**, como **umbanda**, **candomblé**, enfim, qualquer tipo de **espiritismo**. Para os cristãos, esses tipos de manifestações, muito embora sejam manifestações de fé, elas são **satânicas**, do **mal**. Assim, como Jesus e Deus são da religião cristã, o **diabo** é uma força contrária ao cristianismo, pois, segundo as escrituras sagradas, ele foi um anjo invejoso que caiu do céu e veio parar aqui na terra. Mesmo que nos ensinamentos doutrinários dessas religiões se fale o contrário disso, a verdade é que o **Kardecismo**, **a umbanda (orixás, caboclos, pretos-velhos)**, **o candomblé (Oxum, Iemanjá, Ogum)**, **quimbanda (exus)**, **misticismo**, **ocultismo**, etc. e etc. nada mais são do que um exercício de fé em algo **maligno, do mal** (grifos nossos).<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/os-enganosos-livros-didatico-religiosos-do-ministerio-da-educacao/>. Acesso em: 23 maio 2019.

Em segundo lugar, verificamos que quando se trata das religiões de matriz africana, o elemento do imaginário acionado é a figura do “diabo”. Nas matérias, verifica-se claramente a associação que se faz das religiões de matriz africana ao diabo e, conseqüentemente, ao mal.

Considerando que a religião é um dos principais elementos de uma cultura, ao atacar as religiões de matriz africana cria-se uma aversão aos elementos frutos das heranças culturais africanas. Essa aversão ou negação da cultura também pode ser verificada na ausência da representatividade do negro nos livros didáticos.

A representação social dos afro-descendentes nos livros analisados apresenta o segmento negro humanizado e com direitos de cidadania. Até que ponto esses atributos de humanidade e cidadania, reconhecidos nos afro-descendentes, originam-se do reconhecimento e aceitação das suas diferenças étnico-culturais e raciais? Ou esse reconhecimento resulta da aceitação de uma representação construída pelos afro-descendentes como uma estratégia de inclusão? (SILVA, A. C., op. cit., p. 69).

Assim, pudemos constatar que para os grupos evangélicos a figura do demônio está diretamente relacionada às religiões tidas como de matriz africana, que são vistas como satânicas e, conseqüentemente, do mal. E é este imaginário que é acionado quando se trata do ensino da disciplina História da África, já que as religiões de matriz africana estão diretamente relacionadas à cultura afrodescendente. Esse comportamento tem influenciado de forma negativa e se apresentado como o grande entrave para o ensino da disciplina, se não por parte da resistência de professores evangélicos e gestores das escolas, por pais de alunos devido às narrativas cercadas de preconceitos que foram consolidadas pelo imaginário popular.

### **3.3 Preconceito e discriminação**

Além do imaginário do diabo, que é acionado pelos grupos evangélicos quando se trata das religiões de matriz africana, entendemos que também há um preconceito velado pelo fato destas religiões serem consideradas “coisa de negro”, apesar de a maioria dos seguidores ser formada por pessoas autodeclaradas “brancas”, pelo menos na cidade de São Paulo (O ESTADO DE S. PAULO, 2016).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> A maioria dos adeptos de religiões afro-brasileiras na cidade de São Paulo é formada por pessoas brancas. Pesquisa da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial aponta que 60,6% dos

Sendo assim, temos mais um elemento do imaginário que é acionado nesta questão: “candomblé e umbanda é coisa de preto”. Desta forma, considerando que a religião é um componente fundamental de qualquer cultura, podemos dizer que a intolerância ao ensino da disciplina História da África é uma forma de racismo e preconceito às religiões de matriz africana, sendo este mais um fator que inviabiliza a prática da disciplina.

Ao observarmos com mais cuidado os casos de intolerância religiosa nessa modalidade, é possível perceber que aquilo que muitas vezes parece se tratar apenas de preconceito religioso, na verdade revela um racismo disfarçado do que, no contexto da vida escolar, aparece como aversão a tudo que é tido pelo racista como ‘coisa de negro’. Contudo, antes de manifestar tal aversão, faz-se necessário que haja um objeto bem definido da referida aversão. No Brasil, houve, então, uma construção desse objeto de aversão ligada ao negro e uma das formas de construí-lo foi classificando tudo que era relacionado às culturas africanas ou afro-brasileiras como ‘coisa de negro’.

(...)

É nesse sentido que, ao classificar as religiões afro-brasileiras de ‘religiões de negro’, o imaginário racista brasileiro construiu um terrível estigma em torno dessas práticas religiosas que durante muito tempo, e ainda hoje, foram tratadas e consideradas pelos racistas como magia, feitiçaria e demonolatria (ARAÚJO, op. cit., p. 28).

Esta manifestação de racismo velado também se perpetua nos grupos evangélicos. Podemos citar como exemplo a Matéria 7, referente ao impedimento de utilização de bonecas negras (Abayomi) como instrumento de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. O pastor explica que ‘A gente retirou por ser símbolo de uma religião de cunho afro-brasileira. Não é pela cor da boneca. Nós não temos preconceito com cor, na igreja, inclusive, há muitas pessoas negras’ (GOSPEL PRIME, 2017)<sup>35</sup>. Este fato nos leva a questionar se a reação teria sido a mesma se fosse uma boneca de cor branca (ou “nude”)?

Outro fato a se considerar é que o negro é aceito pela religião evangélica, desde que deixe a “parte diabólica” da sua cultura “do lado de fora”, conforme podemos verificar na Matéria 3: ‘Creio que muitos evangélicos precisam também aprender a não demonizar a cultura e o jeito de ser negro. Sim, porque a cultura nem sempre é diabólica como acreditam alguns’ (GOSPEL PRIME, 2010).<sup>36</sup>

---

seguidores dessas religiões são brancos, enquanto os pretos representam 13,1% e os pardos, 25,5%. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,brancos-sao-maioria-nas-religoes-afrobrasileira-diz-estudo,1000096203 3/>. Acesso em 28 mai. 2018.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/pastor-retira-boneca-afro-em-creche-de-vitoria-macumba/>. Acesso em 23 maio 2019.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/>. Acesso em: 23 maio 2019.

Segundo Maurício Ribeiro da Silva,

Este procedimento (apagamento, secularização e disseminação) com relação a contribuições advindas de povos não-europeus parece ser um *modus operandi* da cultura brasileira, detectado por Darcy Ribeiro (1995) quando indicava que estruturas fundantes da sociedade (hábito do banho diário, a tradição culinária, o cuidado com a prole, dentre outros) são heranças dos povos indígenas e não portuguesas, denotando que, diferentemente do africano que tem suas tradições assimiladas, porém com origem ainda identificáveis, não há nenhum indício da ascendência dos povos originais nos hábitos brasileiros, sendo o índio, segundo o antropólogo, o “grande injustiçado” desta sociedade.

Tal perspectiva nos parece ajustada quando observamos que práticas culturais como o Samba ou a Capoeira, as quais, para serem socialmente aceitas e elevadas a ícones da brasilidade *mulata*, isto é refletir pertencimento a brancos e pretos, deixaram para trás, respectivamente, sua relação com o Candomblé e a caracterização como uma espécie de *arte marcial*. Observamos, portanto, que a assimilação coletiva de traços culturais não-europeus revela que a constituição da brasilidade, tomada a perspectiva oswaldiana da antropofagia, se dá às avessas, isto é, a partir da centralidade da referência europeia que se apropria daquilo que já pertence à formação cultural brasileira, denotando a importância do apagamento da origem para a posterior aceitação e adoção. No âmbito do discurso acerca da religiosidade, esta perspectiva se torna nítida ao constatarmos que religiões como Umbanda e Candomblé são consideradas *afro-brasileiras*, enquanto o cristianismo, trazido da Europa, não é designado em formato equivalente como *euro-brasileiro* (SILVA, M. R., op. cit., p. 5, grifos do autor).

É comum no imaginário popular acreditar-se que o racismo deixou de existir por se ter “amigos negros”, “funcionários negros” ou “gostar de coisas de preto” como o samba, a feijoada, etc. Porém, não há a real incorporação e compreensão da cultura afrodescendente. Somente o “respeito” à cultura africana, ou parte dela, não é suficiente para eliminar as formas de racismo e discriminação. É necessário que haja a compreensão do seu todo, inclusive, da religião, que é indissociável da cultura.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho procuramos identificar o imaginário religioso presente nos discursos contrários à implantação da disciplina História da África no ensino básico brasileiro, a partir de matérias publicadas no *site* Gospel Prime. Inicialmente, buscou-se outros veículos de comunicação de maior destaque na mídia, como o *site* da Igreja Universal do Reino de Deus, o Jornal Folha Universal e o *site* R7, por exemplo. No entanto, a falta de reportagens sobre o tema em questão inviabilizou a utilização destas mídias, até encontrarmos o *site* Gospel Prime, que possui perfil representativo do grupo evangélico e reúne reportagens sobre diversos assuntos.

Ao fazer a pesquisa a partir de palavras-chave relacionadas à disciplina “História da África” e à Lei que tornou obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino brasileiro, identificamos a reincidência de termos pejorativos relacionados às religiões de matriz africana, em especial à umbanda e ao candomblé.

As religiões de matriz africana têm um histórico cercado de interpretações equivocadas e preconceituosas que foram enraizados pelo imaginário popular como algo do mal. Nesta pesquisa, verificou-se que os grupos evangélicos contribuem fortemente para a manutenção dessa prática, inclusive no meio político, pois demonizam tudo em relação a história e cultura afro-brasileira.

Considerando que a história e a cultura afro-brasileira partem da religiosidade, constatou-se que o maior entrave para o ensino da disciplina História da África são as religiões de matriz africana, e isso ocorre porque estas religiões são tidas como demoníacas.

Percebeu-se que diferentemente do que ocorre com outras religiões, quando o tema se refere às religiões afro, há resistência por parte dos alunos, da família e professores, que graças à contribuição das igrejas evangélicas, de políticos evangélicos e da mídia hegemônica são tomados pelo imaginário popular, que associa estas religiões à macumba e, conseqüentemente, como definido por “eles”, ao demônio.

Outro fator importante constatado como entrave para a prática da disciplina é o racismo e o preconceito contra estas religiões, por serem consideradas popularmente como “religião de preto”, apesar de, na prática, a maioria dos seguidores ser formada por pessoas autodeclaradas brancas, segundo CENSO 2010.

Concluimos que a hipótese principal se confirma no sentido de que o imaginário se mostrou como um elemento fundante a ser considerado na promoção de políticas públicas voltadas à igualdade entre raças e indivíduos. Entende-se que são necessárias medidas, sobretudo políticas, com a finalidade de desconstruir conceitos estereotipados sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira.

Infelizmente, as perspectivas não são animadoras, tendo em vista o crescimento de grupos evangélicos inclusive no meio político, conhecida como a “bancada evangélica”, que tem adquirido cada vez mais força nas decisões e que trabalha no sentido de atrapalhar práticas que possam representar a diversidade étnico-cultural do povo brasileiro.

Nesse sentido, consideramos a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto, sobretudo pesquisa de campo no sistema educacional brasileiro que possa aprofundar o conhecimento do tema na prática, alertando-se para a necessidade de políticas públicas e iniciativas voltadas para o combate ao racismo e ao preconceito, sobretudo religioso.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Elisangela Nunes do Nascimento; LIMA, Paulo Gomes. Políticas de ações afirmativas: itinerário histórico e pontuações quanto à realidade brasileira. **Laplage em Revista**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. p.179-196, maio 2018. ISSN 2446-6220. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/481/727>. Acesso em: 20 fev. 2020. doi: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201842481p.179-196>.

ARAÚJO, Patrício Carneiro. **Entre ataques e atabaques: intolerância religiosa e racismo nas escolas**. 1. ed. São Paulo: Arché, 2017.

BARBOSA, Cristina Vieira.; RAMIREZ, Ivete Maria Soares Ramirez. O uso do imaginário do Diabo pela Igreja Universal do Reino de Deus. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA, 1998, São Paulo. **VI coMcult: Vínculos, Redes e Ambientes**. Disponível em: [http://www.comcult.cisc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/GT7\\_Cristina-Vieira-Barbosa-UNIP-e-Ivete-Soares-Ramirez-UNIP.pdf](http://www.comcult.cisc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/GT7_Cristina-Vieira-Barbosa-UNIP-e-Ivete-Soares-Ramirez-UNIP.pdf). Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf). Acesso em: 18 set. 2019.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 23 set 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 149, n. 169, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 28 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, ano 151, n. 109, 10 jul. 2014. Seção 1, p. 3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm). Acesso em: 28 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 28 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei n.º 259, de 11 de março de 1999. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 20 mar. 1999, p. 10942. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1522>. Acesso em: 28 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei n.º 678, de 11 de maio de 1988. Dispõe sobre a inclusão de matérias da História Geral da África e História do Negro no Brasil como disciplinas integrantes do currículo escolar obrigatório. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 14 set. 1988, p. 2. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=EA7BD833795244331FA4D502DBD6A514.proposicoesWebExterno2?codteor=1154208&filenome=Dossie+-PL+678/1988](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EA7BD833795244331FA4D502DBD6A514.proposicoesWebExterno2?codteor=1154208&filenome=Dossie+-PL+678/1988). Acesso em: 28 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília (DF), 10 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer n.º CNE/ CP 003/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 51 de 16 de setembro de 2009. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA)**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3360-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-51-16-de-setembro-de-2009>. Acesso em: 25 ago 2019.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CANCIAN, Natália. Ensino religioso fica fora da nova versão da base nacional curricular. **Folhapress**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873258-ensino-religioso-fica-fora-da-nova-versao-da-base-nacional-curricular.shtml>. Acesso em: 28 out 2019.

CONTRERA, Malena Segura. **Mediosfera – Meios, imaginário e desencantamento do mundo**. Porto Alegre: Editora Imaginalis. 2017

\_\_\_\_\_. **Mídia e Pânico: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

FILHO, Guimes Rodrigues; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro (orgs.). **Racismo e Educação**: contribuições para a implementação da lei 10639/03. Uberlândia, EDUFU, 2011.

GONÇALVES, Eduardo. A Deus o que é de César. **Revista Veja**, São Paulo: Editora Abril, edição 2633, ano 52, n. 19, p. 38-43, 08 maio 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório econômico**. Brasília: Ipea; IBGE, 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório estatístico**. Brasília: Ipea; IBGE, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 21 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais**: grupos populacionais específicos e uso do tempo / André Simões, Leonardo Athias, Luanda Botelho, organizadores. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018 352 p. – (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 2236-5265; n. 6). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MORIN, Edgar. **O método 4**: habitat, vida, costumes, organização. Trad. de Juremir Machado da Silva, 4º Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008 (319 p.)

PORFÍRIO, Francisco. "Cotas raciais". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2020.

RESK, F. Brancos são mais de 60% dos adeptos de religiões afro-brasileiras em SP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 dez. 2016. Brasil. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,brancos-sao-maioria-nas-religioes-afro-brasileira-diz-estudo,10000096203>. Acesso em: 11 jun. 18.

OLIVEIRA, Aline Santos de; SALVADOR, Celia Maria Coleta; ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. O ensino de história e cultura afro-brasileira: coisa do demônio ou caminho para a construção de uma educação antirracista?. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 61, n. 1, p. 1-11, 15 ene. 2013. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie6111266>. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1266>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RODRIGUES, Fernando. Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos. **Poder 360**. São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Maurício Ribeiro da. **TROMPE-L'OEIL**: apagamentos e (in)visibilidade da Umbanda na cultura brasileira. E-Compós. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_NSZHRR7KBC6JO0AIGLT\\_28\\_7887\\_22\\_02\\_2019\\_13\\_42\\_39.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_NSZHRR7KBC6JO0AIGLT_28_7887_22_02_2019_13_42_39.pdf). Acesso em: 28 dez. 2019.

SILVA, Paula Cristina da Costa. Capoeira nas aulas de educação física: alguns apontamentos sobre processos de ensino-aprendizado de professores. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 889-903, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32892011000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000400007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 set. 2019.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: Pré-história ao século XVI** / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa. – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/sintese\\_da\\_colecao\\_historia\\_geral\\_da\\_africa/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/sintese_da_colecao_historia_geral_da_africa/). Acesso em: 11 jun. 19.